

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIS FELIPE DE OLIVEIRA AZEVEDO

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE  
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOB O OLHAR DA JUSTIÇA AMBIENTAL

CURITIBA  
2015

LUIS FELIPE DE OLIVEIRA AZEVEDO

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE  
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOB O OLHAR DA JUSTIÇA AMBIENTAL

Monografia apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel de  
Direito na Faculdade de Direito, Setor de  
Ciências Jurídicas, da Universidade Federal  
do Paraná

Orientadora: Profa. Dra. Katya Regina  
Isaguirre

CURITIBA  
2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUIS FELIPE DE OLIVEIRA AZEVEDO

### **REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOB O OLHAR DA JUSTIÇA AMBIENTAL**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito na faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Katya Regina Isaguirre  
Orientadora — Setor de Ciências Jurídicas

---

Prof. Dr. José Antonio Peres Gediel  
Setor de Ciências Jurídicas

---

Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig  
Setor de Ciências Jurídicas

Curitiba, 10 de dezembro de 2015

## RESUMO

Dentre as várias correntes do pensamento ambientalista, o movimento por Justiça Ambiental pauta-se na denúncia à desigualdade na distribuição dos ônus dos danos ambientais, os quais recaem nos grupos mais fragilizados e que não participam da elaboração das políticas ambientais. Na realidade brasileira, nota-se que as injustiças ambientais manifestam-se também no não reconhecimento de formas alternativas de vida, que experimentam a relação com o meio ambiente de forma diferenciada. O manejo diferenciado do meio ambiente é, segundo a Convenção sobre a Diversidade Biológica, essencial à manutenção da biodiversidade e deve ser estimulado via repartição de benefícios. A partir desse viés, o presente trabalho dedica-se analisar como o instituto da repartição de benefícios foi internalizado no direito brasileiro, investigando os acordos de repartição de benefícios pela utilização de conhecimentos tradicionais identificáveis associados à biodiversidade, disciplinados pelo chamado Novo Marco da Biodiversidade, aprovado pela Lei nº 13.123/2015. A problemática que se enfrenta é a seguinte: os instrumentos trazidos pela Lei são adequados à promoção da biodiversidade e da justiça ambiental?

Palavras chaves: Direito Ambiental. Justiça Ambiental; Biodiversidade. Repartição de Benefícios. Conhecimentos Tradicionais.

## **ABSTRACT**

Amongst the various movements of environmental thinking, the environmental justice movement is guided in the complaint to the unequal distribution of the burden of environmental damage, which falls on the most vulnerable groups which do not participate in the formulation of environmental policies. In Brazil, one notes that the environmental injustices also manifest disregard for alternative forms of life, which experience the relationship with the environment differently. The different management of the environment, under the Convention on Biological Diversity, is essential to the maintenance of biodiversity and should be encouraged through benefit sharing. From this view, this monograph is dedicated to analyzing how the institute of benefit sharing was internalized in Brazilian law, investigating the benefits-sharing agreements for the use of identifiable traditional knowledge associated with biodiversity, disciplined by the so-called New Biodiversity Law, approved by the Law nº 13.123/2015. The problem that is faced is: the instruments brought by the Law are convenient to the promotion of biodiversity and environmental justice?

**Keywords:** Environmental Law; Environmental Justice; Biodiversity; Benefit Sharing; Traditional Knowledge.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. JUSTIÇA AMBIENTAL .....</b>	<b>10</b>
2.1. HISTÓRICO DA JUSTIÇA AMBIENTAL.....	11
2.1.1. A justiça ambiental no Brasil .....	14
2.2. PERSPECTIVA DA JUSTIÇA AMBIENTAL .....	17
2.3. JUSTIÇA AMBIENTAL E DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO .....	22
<b>3. BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS .....</b>	<b>27</b>
3.1. HISTÓRICO DE PROTEÇÃO JURÍDICA DA BIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS .....	29
3.2 INTERSEÇÕES ENTRE BIODIVERSIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL.....	36
<b>4. REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR ACESSO A CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS IDENTIFICÁVEIS NO NOVO MARCO DA BIODIVERSIDADE .....</b>	<b>40</b>
4.1 A LEI Nº 13.123/2015.....	40
4.2. ALTERAÇÕES NO REGIME LEGAL DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS .....	41
4.3. ACORDOS DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS.....	44
4.3.1. Partes no acordo de repartição de benefícios .....	49
4.3.2. Formação dos acordos.....	52
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Da constatação de que os ônus dos riscos ambientais são desigualmente distribuídos na sociedade a partir de critérios de cor, etnia e renda, surgiu nos Estados Unidos, no fim da década de 80, o Movimento da Justiça Ambiental. Constituído a partir da união das demandas de grupos ambientalistas e movimentos sociais, essa corrente do movimento ambientalista busca denunciar e combater a desigualdade ambiental e promover a elaboração não discriminatória de políticas ambientais.

Segundo Henri Acselrad, “a noção de justiça ambiental promove uma articulação discursiva distinta daquela prevalecente no debate ambiental corrente — entre ambiente e escassez”<sup>1</sup>. É dizer, ao contrário da abordagem tradicional da questão ambiental, que trata o meio ambiente como um todo ameaçado pelos riscos oriundos das formas de sua exploração e das inovações técnico-científicas, a justiça ambiental sugere uma diferenciação qualitativa no meio ambiente a depender do nível social da classe que dele usufrui.

O olhar do movimento pela justiça ambiental, portanto, evidencia que a iniquidade de poder de manejo e decisão sobre os recursos ambientais está no cerne da degradação ambiental. É que, enquanto poucos detêm poder sobre o meio ambiente, mais fácil é deslocar os riscos e os danos ambientais para aqueles que não exercem qualquer parcela de poder sobre ambiente, para que apenas estes suportem as consequências da irresponsabilidade no trato ambiental, ficando aqueles imunes aos ônus e, então, propensos a perpetuar a má utilização dos recursos.<sup>2</sup>

No cenário nacional, em 2001, formou-se a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, unindo movimentos sociais, sindicatos, entidades ambientalistas, dentre outros grupos. Em seu manifesto de lançamento, foram elencados os princípios e práticas para a promoção da Justiça Ambiental:

---

<sup>1</sup> ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* [S.l.], n. 5. jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/22116>>. Acesso em: 18 de agosto de 2015. p. 54

<sup>2</sup> Idem. p, 57

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso<sup>3</sup>.

Sob tais princípios, destacadamente a necessidade de amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos naturais, participação nas decisões sobre as políticas ambientais e equidade na distribuição das consequências ambientais negativas, é que o presente trabalho pretenderá analisar os acordos de repartição de benefícios pela exploração de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético pátrio.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), fruto da Eco-92, prevê, em seu artigo 8, j, a necessidade dos países signatários criarem mecanismos para proteger, respeitar e promover os conhecimentos tradicionais, bem como o dever de legislar o compartilhamento de tais conhecimentos e a repartição de benefícios decorrentes de sua exploração. O Estado brasileiro, por meio do Decreto nº 2.519/1998, ratificou a Convenção e, com a edição do Novo Marco da Biodiversidade, Lei nº 13.123/2015, regulamenta em seus artigos 17 e seguintes a repartição de benefícios pela utilização de conhecimentos tradicionais, tal como previsto pela CDB.

Importante destacar desde logo que, apesar do texto da Convenção indicar a necessidade das partes contratantes legislarem quanto ao respeito, preservação e

---

<sup>3</sup> REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, *Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077-manifesto-de-lancamento-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental>>. Acesso: 18 ago. 2015.



incentivo à utilização de conhecimentos tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da diversidade biológica, o Novo Marco da Biodiversidade em pouco ou nada trata desses assuntos. O diploma legal preocupa-se em disciplinar, quase exclusivamente, tão somente o acesso, a remessa e as formas de repartição de benefícios na utilização dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, ou seja, os aspectos mercadológicos da diversidade biológica. Dessa forma, nota-se que os propósitos que levaram o Brasil a legislar sobre a matéria são de pronto revelados aos interlocutores: busca-se a forma mais eficiente — para indústria e pesquisa — de acesso aos conhecimentos tradicionais.

Utilizando dos conceitos advindos da ciência jurídica, na interdisciplinaridade os campos do direito dos contratos e do direito ambiental o presente trabalho irá investigar os acordos de repartição de benefícios por exploração econômica de conhecimento tradicional associado identificável sob o prisma contratual. Analisar-se-á, socorrido pelas diretrizes do Movimento de Justiça Ambiental, os acordos de repartição de benefícios previstos na Lei nº 13.123/2015 de forma a verificar sua compatibilidade com os princípios e regras vigentes no direito contratual brasileiro, bem como sua adequabilidade à proteção e promoção da diversidade biológica e dos conhecimentos tradicionais associados. O modelo de repartição de benefícios adotado pela Lei nº 13.123/2015 é adequado à promoção da biodiversidade e da justiça ambiental?

Dessa forma, esta monografia se estruturará a partir de três grandes capítulos, que tratarão do seguinte:

No primeiro, será analisado o surgimento, desenvolvimento e princípios do Movimento da Justiça Ambiental, bem como de sua relevância para concretização dos preceitos constitucionais de promoção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Posteriormente, o segundo capítulo terá como tema a importância da promoção da diversidade biológica e dos conhecimentos tradicionais associados para realização da justiça ambiental, além do histórico de sua proteção jurídica.

Por fim, o terceiro capítulo analisará, orientado pelo discutido nos capítulos que o antecedem, o modelo de repartição de benefícios da Lei da Biodiversidade pela utilização de conhecimentos tradicionais associados identificáveis. Justifica-se o

recorte a esse tipo de acordo tendo em vista a necessidade participação ativa e deliberativa dos povos tradicionais na negociação dos termos contratuais. Essa análise terá por objetivo final verificar, portanto, a compatibilidade entre o modelo brasileiro e a promoção da justiça ambiental.

## 2. JUSTIÇA AMBIENTAL

A centralidade que tomam as questões ambientais contemporaneamente impõe a necessidade da constatação que as alterações danosas ao meio ambiente, a escassez de recursos naturais e os riscos ambientais atingem desigualmente as diferentes camadas da população. Renda, etnia e nacionalidade são os usuais critérios que diferenciam os destinatários dos ônus ambientais.

Trabalhadores e moradores do entorno dos depósitos tóxicos das fábricas, habitantes de favelas e áreas de risco, trabalhadores rurais e a utilização de agroquímicos, ecossistemas devastados e populações tradicionais, barragens e seus atingidos<sup>4</sup>, são alguns exemplos dos alvos preferidos dos riscos e danos ambientais em nosso país. O que têm em comum é sua nítida vulnerabilidade<sup>5</sup>: não detêm poder de decisão sobre os recursos naturais, estão ausentes deliberações quanto às políticas ambientais. São objeto, não sujeito, das alterações realizadas no meio ambiente.

Em meados dos anos 80, nos Estados Unidos, a observação dessa condição — que ia de encontro ao discurso dominante à época, de que os riscos ambientais eram por todos sustentados — fez emergir o movimento da justiça ambiental, que visava denunciar a desigualdade na distribuição dos ônus ambientais. Neste período, estudos encomendados pelos integrantes demonstravam, por exemplo, a concentração em bairros negros dos depósitos de lixo tóxicos.

O sociólogo norteamericano Robert Bullard, considerado o “pai” da justiça ambiental, define-a da seguinte forma:

a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz

<sup>4</sup> LEROY, Jean Pierre. *Justiça Ambiental*. 2011. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY\\_Jean-Pierre\\_-\\_Justi%C3%A7a\\_Ambiental.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf). Acesso: 23 set. 2015;

<sup>5</sup> “[...] as situações de vulnerabilidade social estão associadas à capacidade de enfrentar determinadas situações de risco, referindo-se, portanto, à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais “controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.” DIEESE; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Aspectos conceituais da vulnerabilidade social*. 2007. p. 16. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf)>. Acesso: 23 out. 2015.

respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas<sup>6</sup>

Passemos, assim, a examinar mais detalhadamente o histórico dos movimentos por justiça ambiental, bem como a adoção dessa noção pelos movimentos sociais no contexto nacional.

## 2.1. HISTÓRICO DA JUSTIÇA AMBIENTAL

Empiricamente verificando que os alvos preferíveis dos impactos ambientais eram escolhidos por critérios como raça e renda, emergiu nos Estados Unidos, entre os anos 70 e 80, o Movimento da Justiça Ambiental. Articularam-se, de um lado, a luta social, que combatia diferentes formas de segregação e desigualdade, e, por outro, os movimentos ambientalistas, que há muito já alertavam sobre a utilização irresponsável dos recursos naturais.

Por se tratar de um movimento difuso em todo o território norteamericano, bem como se referir à união entre lutas sociais que já existiam, é difícil precisar a data de início do Movimento de Justiça Ambiental, sendo aceito pelos teóricos que se desenvolveu entre o final da década de 70 e o início da década de 90<sup>7</sup>. Com o caso da contaminação química do Love Canal em 1978, conjunto habitacional de classe média/baixa no estado de Nova York, no qual se descobriu que fora construído sobre um antigo canal aterrado com dejetos químicos, industriais e bélicos, movimentos acadêmicos e sociais dos Estados Unidos passaram a prestar

<sup>6</sup> BULLARD, Robert. *Confronting Environmental Racism*, 1993. apud HERCULANO, Selene. Redesenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 5, jul. 2002. p. 144. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/22124/14488>>. Acesso em: 23 Set. 2015.

<sup>7</sup> LAZARUS, Richard J. *Highways and Bi-Ways for Environmental Justice*, 2001. p. 576. Disponível em: <http://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1537&context=facpub>. Acesso: 24 Set. 2015

atenção na temática da desigualdade ambiental. No ano seguinte, em Houston, a comunidade negra acusou o governo de ter instalado um depósito de lixo seguindo critérios geográficos raciais. Em 1982, ocorreu o primeiro protesto nacional do movimento afroamericano contra o, à época denominado, “racismo ambiental”, ante a descoberta da intenção de se construir um aterro sanitário para depósito de material químico contaminado às margens de uma comunidade negra, na Carolina do Norte<sup>8</sup>.

Este último protesto logrou repercussão nacional, alçando a justiça ambiental a ponto central no debate pelos direitos civis no país. No ano seguinte, o *US General Accounting Office*, órgão de assessoramento do congresso norteamericano, realizou, então, estudo que confirmou a acusação dos movimentos negros, concluindo que “*racial minorities are burdened with a disproportionate amount of environmental risks*” e, ainda, “*that income was a factor in siting hazardous and toxic facilities*”<sup>9</sup>

Segundo Henri Acselrad, tendo em vista que a ciência era sempre o pano de fundo para as decisões ambientais, blindadas pela técnica, “o movimento de justiça ambiental estruturou suas estratégias de resistência recorrendo de forma inovadora à própria produção de conhecimento”<sup>10</sup>. Assim, data de 1987 uma pesquisa ainda mais ampla, sob encomenda da Comissão de Justiça Ambiental da *United Church of Christ*, denominada *Toxic Wastes and Race in the United States: A National Report on the Racial and Socioeconomic Characteristics of Communities with Hazardous Waste Sites*.

O estudo, de abrangência nacional, apontou que raça e etnia eram os mais significantes critérios a definir onde seriam localizados os perigos ambientais. Restou demonstrado que a proporção de habitantes de minorias étnicas na

<sup>8</sup> HERCULANO, Selene. Justiça Ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos em uma perspectiva comparada. In: MELLO, Marcelo Pereira de (org.). *Justiça e Sociedade: temas e perspectivas*. São Paulo: LTR, 2001, p. 215. Disponível em: <[http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/JUSTI%C3%87A\\_AMBIENTAL\\_de\\_Love\\_Canal\\_v5\\_%C3%A0\\_Cidade\\_dos\\_Meninos.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL_de_Love_Canal_v5_%C3%A0_Cidade_dos_Meninos.pdf)>. Acesso: 24 Set. 2015.

<sup>9</sup> “Minorias raciais são oneradas com uma quantidade desproporcional de riscos ambientais [...] que a renda foi um fator na instalação de empreendimentos perigosos e tóxicos” (tradução livre). U.S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE. *Siting Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Surrounding Communities*, 1983. In: US COMMISSION ON CIVIL RIGHTS. *Not in My Backyard: Executive Order 12,898 and Title VI as Tools for Achieving Environmental Justice*, 2003. Disponível em: <http://www.usccr.gov/pubs/envjust/ej0104.pdf>, p. 14. Acesso: 24 set. 2015.

<sup>10</sup> ACSELRAD, Henri. Ob. Cit., 2002. p. 53

proximidade de depósitos de recursos perigosos era o dobro de sua representação na população geral. A raça demonstrou-se ainda mais importante que a renda na distribuição dos ônus ambientais.<sup>11</sup> Dentre os fatores que explicavam a situação, foram elencados o preço baixo da terra em comunidades de minorias, a fraca organização das comunidades que limitou suas oposições e a falta de representatividade das minorias nas agências governamentais<sup>12</sup>.

Vista a interseccionalidade entre as lutas por igualdade civil e ambiental, diversas associações foram criadas a fim de fortalecer as minorias étnicas na batalha por direitos civis e ambientais. São exemplos a *Clearing house for Hazardous Waste* (CHHW), originária do caso Love Canal, e a *Citizens Against Nuclear Trash* (CANT), do movimento negro. Cursos de pós-graduação na temática foram também criados, formando uma grande rede acadêmica e social para o enfrentamento do racismo ambiental. O professor de Direito da Universidade de Harvard, Richard J. Lazarus, por exemplo, expõe as similitudes das leis que protegem os direitos civis e as que objetivam a garantia da justiça ambiental, opondo-se à maioria das normas, destinadas a positivar o direito já existente: “*both [...] are alike in that they reflect aspirational norms, not settled norms. They reject the past and present. And they seek a better future.*”<sup>13</sup>

O movimento por justiça ambiental ganhou, assim, relevância nacional, influenciando a criação de toda uma legislação ambiental (como o *Emergency Planning and Community Right-to-know Act*, que garante o direito da comunidade saber o que nela está ou será instalado<sup>14</sup>) que visa à equidade quanto aos recursos ambientais, bem como garantir uma maior participação dos diretamente afetados na formulação das políticas sobre o meio ambiente. O movimento foi oficializado, então,

<sup>11</sup> No contexto brasileiro, por outro lado, Acselrad, Mello e Bezerra (*O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 52) afirmam: “[...] pode-se constatar que a raça, no Brasil, também se constitui numa variável importante em termos da distribuição da ‘desproteção ambiental’, embora possa ser ainda prematuro afirmar que esses dados surgiram de um ‘racismo ambiental’ com o mesmo perfil do norte-americano”

<sup>12</sup> ACSELRAD, Henri. Ob. Cit., 2002. p.53.

<sup>13</sup> “Ambas se assemelham no que refletem normas aspiradas, não consolidadas. Rejeitam o passado e o presente. E visam um futuro melhor” (tradução livre). LAZARUS, Richard J. Ob. cit., p. 571.

<sup>14</sup> ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Emergency Planning and Community Right-to-know Act*. 1986. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/USCODE-2011-title42/html/USCODE-2011-title42-chap116.htm>>. Acesso: 25 set. 2015.

na Cúpula dos Povos de Cor pela Justiça Ambiental, em 1991, na qual foram elencados os 17 princípios da justiça ambiental<sup>15</sup>.

### 2.1.1. A justiça ambiental no Brasil

O Brasil, considerado como um país de imensa riqueza de biodiversidade e, ao mesmo tempo, como um país notoriamente injusto no manejo de seus recursos naturais, tem também experimentado situações que refletem sua injustiça ambiental. Selene Herculano entende que as injustiças ambientais no país não se evidenciam pois são encobertas pelas mais diversas formas de injustiças sociais ocorridas em nosso território:

Os casos de exposição a riscos químicos são pouco conhecidos e divulgados, à exceção do estado de São Paulo, tendendo a se tornarem problemas crônicos, sem solução. Acrescente-se também que, dado o nosso amplo leque de agudas desigualdades sociais, a exposição desigual aos riscos químicos fica aparentemente obscurecida e dissimulada pela extrema pobreza e pelas péssimas condições gerais de vida a ela associadas. Assim, ironicamente, as gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam a exposição desigual à poluição e o ônus desigual dos custos do desenvolvimento.<sup>16</sup>

Herculano cita, ainda, a visão economicista exacerbada, mesmo nos movimentos operários, que eleva o aumento da produtividade como objetivo principal, a força dos movimentos conservacionistas, que escamoteiam as injustiças ambientais ao lutar contra uma poluição supostamente democrática, e, por fim, as necessidades imediatas de comida e abrigo, que acabam desqualificando as lutas por justiça ambiental e qualidade de vida.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.ejnet.org/ej/principles.pdf>>. Acesso: 25 set. 2015.

<sup>16</sup> HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v.3 n.1, jan/abril 2008. p. 5. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso: 25 set. 2015

<sup>17</sup> Ibidem, p. 7.

É apontado o ano de 2000 como marco da união entre as lutas sociais e ambientais no Brasil, com a edição do livro *Sindicalismo e Justiça Ambiental*.<sup>18</sup> A exploração do debate a respeito da publicação levou, no ano seguinte, à realização do Seminário Internacional de Justiça Ambiental e Cidadania, que contou com a participação de diversos movimentos sociais, ONGs, intelectuais e acadêmicos de todo o país, além de representantes do movimento pela justiça ambiental norteamericano.

Em decorrência do Seminário, foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, cujos princípios foram transcritos na página 7 deste trabalho. Seus integrantes variam de movimentos ambientalistas e sociais locais, nacionais, sindicais, feministas e núcleos acadêmicos, tendo como integrantes merecedores de destaque associações como o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto e o Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Com a entrada brasileira no circuito do capital mundial, a luta ambiental desloca-se para a resistência à “chantagem locacional dos investimentos”, é dizer, os movimentos pela justiça ambiental batalham contra as condições (flexibilização das normas de proteção ambiental, incentivos fiscais, entre outras) que o capital impõe para direcionar investimentos a determinado local. O capital internacional tende a utilizar um duplo padrão em suas exigências ambientais, isto é, adota critérios ambientais distintos em diferentes partes do globo, impondo a países menos organizados — como o nosso caso — condições inferiores às oferecidas aos países de primeiro mundo. Ainda, os movimentos socioambientais discutem como o capital pretende integrar as comunidades locais no mercado.<sup>19</sup>

Acseirad sintetiza assim como a luta pela justiça ambiental é reinterpretada pelos agentes nacionais e executada no Brasil:

As lutas por justiça ambiental, tal como caracterizadas no caso brasileiro, combinam assim: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos - comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma

<sup>18</sup> IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. *Sindicalismo e justiça ambiental*. Rio de Janeiro, 3 fasc., 2000.

<sup>19</sup> ACSEIRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso: 26 Set. 2015. p. 113



proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado. Mas cabe ressaltar também a defesa dos direitos das populações futuras. E como os representantes do movimento fazem a articulação lógica entre lutas presentes e "direitos futuros"? Propondo a interrupção dos mecanismos de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais pobres. Pois o que esses movimentos tentam mostrar é que, enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Fazem assim a ligação entre o discurso genérico sobre o futuro e as condições históricas concretas pelas quais, no presente, se está definindo o futuro. Aí se dá a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que, para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos.<sup>20</sup>

Portanto, nota-se que o contexto nacional ressignifica as lutas por justiça ambiental, não mais as focando na questão racial, mas na defesa de formas de trato do meio ambiente não convencionais pelas comunidades tradicionais, bem como nas desigualdades de renda e poder que trazem consigo a injustiça ambiental.

É de se observar, desde já, que as comunidades tradicionais constantemente experimentam situações de injustiça ambiental no que tange ao seu território. É que, em geral, esses grupos tratam o meio ambiente de forma diferenciada e sustentável, contribuindo de forma relevante para sua proteção e promoção da biodiversidade. Então surge o interesse estatal em garantir a preservação dessas áreas com a criação de Unidades de Conservação, que, em regra, limitam em diferentes graus a atuação dessas comunidades — variando de problemas com algum tipo de manejo tradicional da comunidade, que na visão estatal prejudicaria o meio ambiente, a até a expulsão de povos tradicionais de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Ou seja, a própria comunidade tradicional que, através de suas práticas diferenciadas, protegeu seu território, é de lá expulsa sob o pretexto da proteção ambiental do Estado.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>21</sup> O Manual de atuação do MPF para territórios de povos tradicionais em unidades de conservação trata aprofundadamente dessa questão, especialmente em suas páginas 90-91. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais*. Brasília: MPF, 2014. Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>> Acesso: 13 nov. 2015.

## 2.2. PERSPECTIVA DA JUSTIÇA AMBIENTAL

Como exposto acima, o movimento pela justiça ambiental é difuso. Une, no combate às iniquidades ambientais, as lutas de diferentes movimentos sociais e ambientais. Tais organizações, apesar de possuírem o objetivo comum de promoção da justiça ambiental, têm diferentes objetos específicos em sua militância, partindo, assim, de pontos de vista diversos sobre a realidade social.

Dessa forma, não é das tarefas mais simples extrair uma teoria una do que propriamente seja a justiça ambiental, de seus pressupostos teóricos, causas da injustiça e objetivos do movimento. Tentaremos nessa seção, contudo, destacar os principais pontos de convergência na perspectiva da justiça ambiental a respeito dos itens elencados.

Para o economista espanhol Juan Martinez Alier, a Justiça Ambiental, denominada por ele Ecologia dos Pobres, apresenta-se como alternativa a outras duas correntes do ambientalismo contemporâneo: os preservacionistas e os adeptos do “evangelho da ecoeficiência”. Enquanto aqueles estão centrados no “culto ao silvestre”, que pretende salvar a frágil natureza de um perverso humano, inábil de conviver pacificamente com o meio ambiente, estes creem no desenvolvimento sustentável liderado pelo mercado, que, dotado de sua intrínseca eficiência, criará novas tecnologia para melhor aproveitamento dos recursos naturais e adaptará suas regras de trocas comerciais para internalizar as externalidades do processo produtivo.<sup>22</sup>

Henri Acselrad, por sua vez, identifica a modernização ecológica, conceito muito semelhante à ecoeficiência de Martinez Alier, como corrente contraposta à perspectiva da justiça ambiental. Corrente essa característica de ambientalistas que aderem à economia neoclássica, e que dá fé às soluções mercadológicas para os problemas ambientais, tais como a introdução de novas tecnologias que, segundo esse pensamento, inevitavelmente serão criadas pelo mercado para a diminuição dos impactos ambientais e para a maior eficiência energética, bem como — num

---

<sup>22</sup> ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto, 2009.

contexto mais próximo ao objeto deste trabalho — a monetização do meio ambiente, estabelecendo preços para o acesso a bens ambientais, com instrumentos como o pagamento por serviços ambientais e a repartição de benefícios por acesso a componentes da biodiversidade.

O autor rejeita, também, a teoria da sociedade de risco, popularizada por Ulrich Beck — para quem a lógica técnico-científica contemporânea leva a sociedade a um estado de risco constante, caracterizada pela incerteza das consequências que as ações humanas, amparadas em tal racionalidade tecnológica, podem trazer ao meio ambiente —, como contraponto teórico à ideia da eficiência dos mercados para a proteção ambiental<sup>23</sup>.

Tanto o preservacionismo quanto a modernização ecológica trabalham o meio ambiente mediante a tradicional relação sujeito-objeto. O “culto ao silvestre” vê na natureza o objeto que deve permanecer intocado pela ação humana, deve ser preservado da intervenção do homem, mediante instituição de parques nacionais. A modernização ecológica, por outro lado, trabalha o meio ambiente como o objeto que deve ser economizado, que demanda a utilização de forma mais racional para que a máquina da produção capitalista mantenha-se a todo o vapor.

A perspectiva da justiça ambiental, por outro lado, não é uma reverência à natureza, mas vê o meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não é a preocupação com as futuras gerações de humanos, mas sim pelos humanos pobres de hoje<sup>24</sup>. Rompe-se, assim, com a relação sujeito (homem) e objeto (meio ambiente) no trato da questão ambiental, pois o que interessa para essa perspectiva não é mais o uso eficiente ou a preservação ambiental, mas sim a relação de dependência intrínseca entre humanidade e natureza, bem como a consequente necessidade de distribuir a todos os interessados o poder de decisão sobre políticas ambientais.

A Justiça Ambiental tem, assim, por princípios: (i) a poluição tóxica para ninguém, pois não se trata apenas da luta para deslocar a poluição de determinada comunidade, já que fatalmente o capital a destinaria a outra com ainda menos capacidade de organização, (ii) a necessidade de um novo modelo de

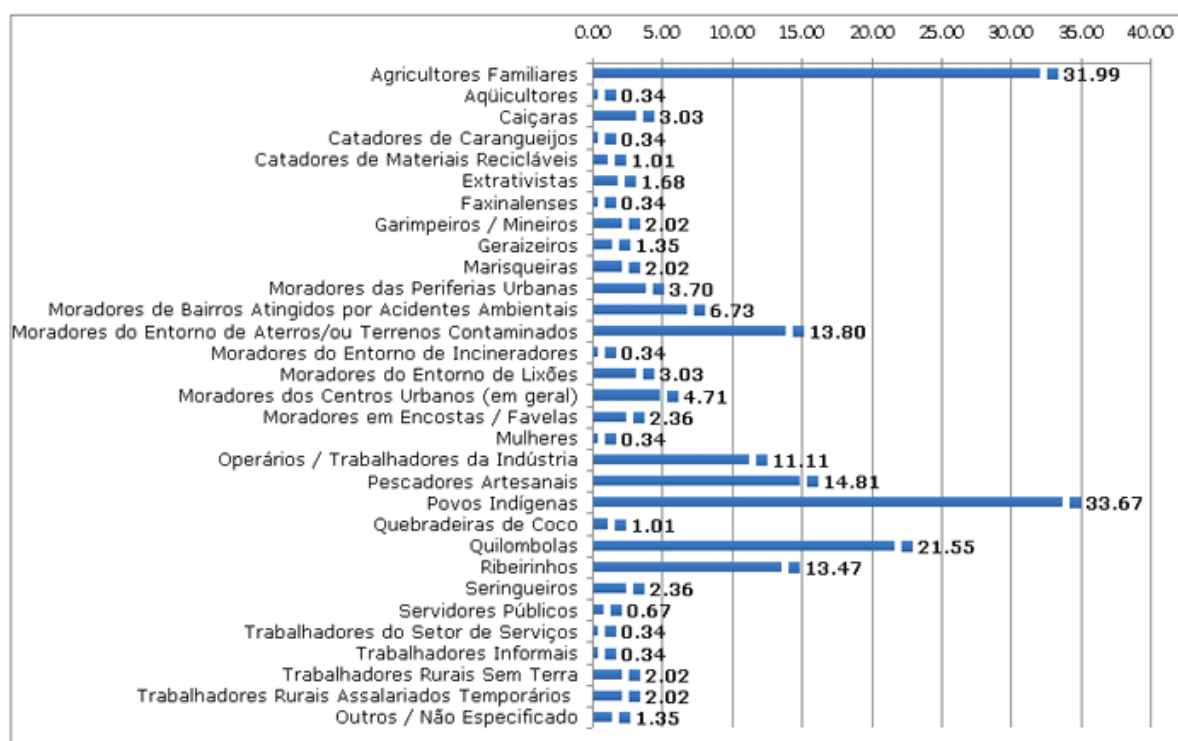
---

<sup>23</sup> ACSELRAD, Henri. Ob. Cit. 2002.

<sup>24</sup> ALIER, Joan Martínez. Ob. cit.

desenvolvimento, tendo em vista que, se a degradação não deve ser deslocada, mas eliminada, apenas outro modelo de desenvolvimento pode dar a solução a esse problema; (iii) uma transição justa, de modo que a luta contra a degradação ambiental não leve à destruição de empregos e (iv) a defesa de políticas ambientais democraticamente instituídas, a fim de retirar das mãos de poucos burocratas e burgueses todo o poder de decisão sobre os recursos naturais.<sup>25</sup>

O diagnóstico da perspectiva da justiça ambiental é o exposto nas últimas páginas: a degradação ambiental, apesar de propagada como ameaça à toda população, é distribuída de forma desigual, gerando “conflitos ambientais”. Negros, indígenas, operários e comunidades tradicionais, pobres em geral, são os grupos que mais suportam seus ônus. É o que mostra o gráfico a seguir, que sintetiza o Mapa das Injustiças Ambientais<sup>26</sup> no que tange às populações atingidas:



Título: Populações atingidas.

<sup>25</sup> ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garramond, 2009. p. 26-30.

<sup>26</sup> FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ); FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>>. Acesso: 28 set. 2015

Autoria: FIOCRUZ; FASE. Disponível em:  
 <<http://www.conflitoambiental.iciict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo>>

Espejo e Rebolledo, analisando os debates por justiça ambiental em âmbito internacional, expõem as três frentes em que são realizados:

[...] la raza o el origen étnico (en EEUU), la condición socio-económica (en Europa) y las diferencias entre los países desarrollados y en desarrollo (en el ámbito internacional). De los tres ejes mencionados se puede extraer un elemento común: la existencia de diferencias en la distribución de las cargas y beneficios ambientales entre los sujetos de una comunidad, ya sea nacional o internacional.<sup>27</sup>

A causa seria, assim, o modelo de desenvolvimento adotado no mundo globalizado, que confere excessivo poder ao capital para a decisão de onde alocar os ônus ambientais. A quebra de barreiras comerciais dá ao capital a possibilidade de exercitar sua “chantagem locacional dos recursos”<sup>28</sup>, acenando com a ameaça do desemprego às regiões que não aceitarem padrões mais baixos de proteção ambiental. Os danos rejeitados pelos países mais desenvolvidos, ou por localidades mais organizadas em países periféricos, ao invés de serem eliminados, são transferidos com custos mais baixos à “carne mais barata do mercado”. Na mesma esteira, Gould, Schnaiberg e Pellow<sup>29</sup> destacam que a liberalização do capitalismo exporta degradação ambiental, na medida em que a competição acirra a corrida por tecnologias poupadoras de trabalho, as quais demandam mais recursos energéticos, menos capital humano e geram mais resíduos. De tal forma, os lucros são maximizados e parcamente distribuídos, aumentando o poder político dos empresários e das elites locais, bem como diminuindo o dos trabalhadores. O aumento dos resíduos da produção, assim, resulta em despejos onde residem os mais pobres, através da exportação de resíduos ou da realocização de unidades produtivas poluidoras aos países periféricos. O enfoque distributivo da justiça

<sup>27</sup> HERVÉ ESPEJO, Dominique; REBOLLEDO, Sebastián. La Justicia Ambiental en el Ordenamiento Jurídico Ambiental Chileno. *Astrolabio*, [S.l.], n. 11, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5599/7397>>. Acesso: 01 out. 2015

<sup>28</sup> ACSELRAD, Henri. Ob. Cit., 2010.

<sup>29</sup> GOULD, Kenneth; SCHNAIBERG, Allan; PELLOW, David. Interrogating the treadmill of production, 2004. apud ACSELRAD, Henri. Desigualdade Ambiental, Economia e Política. *Astrolabio* [S.l.], n. 11, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5549>>. Acesso: 01 out. 2015

ambiental, contudo, não é o suficiente para alguns autores<sup>30</sup>, devendo essa perspectiva adotar o viés do reconhecimento da teoria da justiça, pois essa visão esclareceria os processos que levam determinados grupos sociais a serem marginalizados e, dessa forma, destinatários dos riscos ambientais.

A solução para tais questões, por conseguinte, seria o empoderamento das comunidades locais, conferindo a todos os atores sociais impactados a faculdade de participar e deliberar sobre a adoção de políticas ambientais. Ao conferir poder às populações destinatárias dos ônus ambientais, com a necessária informação a respeito dos riscos e/ou benefícios — bem como com a contenção da chantagem locacional — de determinada política, fatalmente nenhuma comunidade aceitaria a degradação ambiental em seu entorno, levando à concretização da “poluição tóxica para ninguém” anteriormente citada, bem como a emergente necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento que atingiriam tais grupos sociais.

De nada adianta, contudo, garantir a participação dos afetados na formulação de políticas sem a necessária promoção do conhecimento:

Na perspectiva da justiça ambiental, as dimensões epistemológicas e políticas encontram-se fortemente imbricadas, pois conhecer significa simultaneamente poder: o de compreender processos e fenômenos complicados e inacessíveis por envolverem especialidades técnico-científicas que mesclam áreas distintas como engenharia, medicina, economia, direito, ecologia, ciências sociais, psicologia e jornalismo; o de tornar visível conflitos, problemas, denúncias e demandas sistematicamente negligenciadas pela mídia e as instituições; o de contextualizar e demonstrar de forma mais articulada o sofrimento e as preocupações vividas pelas comunidades; o de disputar argumentos diante de processos e decisões no âmbito das instituições e políticas públicas; o de prevenir ou reverter situações de risco existentes ou futuras; o de garantir assistência médica adequada aos que necessitam; o de forçar o cumprimento da legislação ou, quando inexistente, de batalhar pela criação de leis mais protetoras e cidadãs; e talvez o mais importante, o de gerar estratégias que transformem as populações afetadas em sua condição humana em sujeitos de enfrentamento e transformação da sociedade. É justamente este processo de transformação da condição de grupos vulneráveis com vozes ocultas para sujeitos coletivos que, através de sua organização comunitária e política articulados em redes e movimentos mais globais, buscam

---

<sup>30</sup> Ver: BAGGIO, R. C. *Justiça Ambiental entre redistribuição e reconhecimento*. 15 dez. 2008. 114f. Tese de Doutorado - UFSC. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91246/265543.pdf>>. Acesso: 02 out. 2015; e SCHLOSBERG, David. *Defining Environmental Justice: theories, movements and nature*. Nova York: Oxford University Press, 2009.

transformar sua realidade local em solidariedade com as lutas de outras populações e territórios.<sup>31</sup>

É dizer, assim, que, além de dar voz às comunidades afetadas, os modos de conhecimento não convencionais dessas populações subalternas devem ser reconhecidos como autênticos, necessários para a proteção ambiental.

### 2.3. JUSTIÇA AMBIENTAL E DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Como bem observa Paulo Affonso Lemes Machado<sup>32</sup>, a Constituição de 1988 é a primeira na qual “meio ambiente” é expressão mencionada. Paulo Bessa Antunes, por sua vez, destaca que o art. 225 da Constituição, do Capítulo do Meio Ambiente, é onde reside a força constitucional da proteção ao Meio Ambiente, servindo como interseção entre a liberdade conferida na ordem econômica da Constituição e a proteção dos direitos individuais<sup>33</sup>.

Dispõe o *caput* do art. 225 da Constituição:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Destaca-se na redação do dispositivo o vocábulo “todos”. Ao contrário dos demais dispositivos que garantem direitos fundamentais na Constituição, os quais têm destinatário definido<sup>34</sup>, o capítulo do meio ambiente garante o direito ao meio

<sup>31</sup> PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, Junho 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a13.pdf>>. Acesso: 03 out. 2015. p. 1497-1498

<sup>32</sup> MACHADO, Paulo Affonso Lemes. *Direito Ambiental Brasileiro*. 12a. ed. rev. atual. amp. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. p. 107.

<sup>33</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 12a. ed. amp. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 64.

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, o art. 5º da Constituição, que garante o rol de direitos aos *brasileiros e estrangeiros residentes no país*, o art. 7º que prevê direitos aos *trabalhadores urbanos e rurais*, bem como o art. 150, limitador de poder ao Estado em favor do contribuinte.

ambiente ecologicamente equilibrado a todos, indistintamente, seja contribuinte ou não, brasileiro ou não, residente do país ou não. “Todos”, presente no dispositivo constitucional, inclui todos da presente geração e das futuras, sejam brasileiros ou estrangeiros<sup>35</sup>, sendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, portanto, um direito transindividual e intergeracional.

Contudo, a citação textual de um direito, como já é sabido<sup>36</sup>, não é suficiente para sua fruição na prática, devendo os esforços serem centrados na implementação e efetividade, para as quais o olhar da justiça ambiental é essencial.

A perspectiva da justiça ambiental é de fundamental importância para a concretização do direito de **todos** a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Os movimentos por justiça ambiental visam, justamente, a promoção da igualdade no trato da questão ambiental. O enfoque distributivo dessa perspectiva, além de postular a equidade na distribuição dos riscos ambientais, demanda um acesso igualitário aos recursos naturais, sendo a justiça ambiental, portanto, de essencial importância para que todos tenham efetivado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado<sup>37</sup>. Como visto, estando o poder de decisão sobre os recursos naturais nas mãos de poucos, mais fácil é deslocar os riscos e os danos ambientais para aqueles que não exercem qualquer parcela de poder sobre o ambiente, para que apenas estes suportem as consequências da irresponsabilidade no trato ambiental, ficando aqueles imunes aos ônus e, então, propensos a perpetuar a má utilização dos recursos.

Alvarenga e Farias lamentam a falta da perspectiva da justiça ambiental no trato do Direito Ambiental:

A despeito da relevância do tema, ainda não são muitos os estudos de casos e as análises teóricas a seu respeito no domínio da Ciência Jurídica. Obras doutrinárias também lhe dedicam poucas linhas. Como prevalece a

<sup>35</sup> SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 2a. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1998.

<sup>36</sup> BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. *O Estado teatral e a implementação do direito ambiental*. BDJur, Brasília, DF, 7 maio 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30604>>. Acesso em: 01 out. 2015.

<sup>37</sup> Roberta C. Baggio, contudo, adiciona que a mera luta por distribuição ajuda a diminuir, mas não a resolver os problemas: “[...] ao buscar a materialização das demandas por justiça para que possam ser passíveis de distribuição, acaba ignorando muitos elementos importantes para a compreensão da geração de injustiças, reduzindo o quadro de identificação dos processos de desrespeito social.” (p. 15). Dessa maneira, propõe a autora a leitura das injustiças ambientais pela teoria do reconhecimento, de Alex Honneth. (BAGGIO, R. C. Ob. Cit.)



abordagem “tecnológica” e positivista da no Direito, a maior parte das reflexões, nomeadamente no âmbito do Direito Ambiental, enfoca a problemática dos danos ambientais, como se eles fossem social e geograficamente homogêneos. Atribui-se a devida atenção à prevenção e à reparação desses danos; contudo, a variável socioespacial e a situação-problema da iniquidade geográfica não recebem a devida atenção dos estudiosos do tema. Ao tratarem das características do dano ambiental, muitos aludem à indeterminação das vítimas, ao sinergismo dos efeitos, à dificuldade ou impossibilidade da reparação, à imprevisibilidade das consequências no tempo e no espaço, mas olvidam a injusta distribuição no espaço geográfico, como um traço característico dos riscos e danos ambientais na contemporaneidade.<sup>38</sup>

O enfoque da justiça ambiental alerta, ainda, para que não se perca na retórica do caráter intergeracional do direito ao meio ambiente equilibrado, que promove um falso conflito entre gerações como o cerne da proteção jusambiental e deixa de lado a promoção da equidade distributiva dos bens ambientais:

Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”. O ambiente passa assim a integrar as questões pertinentes à cultura dos direitos - o direito metafórico de gerações futuras, num primeiro momento, constitutivo de um conflito também metafórico entre sujeitos presentes e sujeitos não nascidos; mas, em seguida, a percepção de que, para além da metáfora do conflito intergeracional, haveria que se considerar também a concretude dos “conflitos ambientais realmente existentes”<sup>39</sup>

É dizer, entre a palpabilidade dos conflitos ambientais intrageracionais e a metáfora do conflito intergeracional, deve a proteção jurídica ambiental estar em consonância com as necessidades hodiernas de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos<sup>40</sup>.

A diminuição das desigualdades, tanto de renda quanto de poder, são indispensáveis para realização do direito ao meio ambiente. O pleno gozo de direitos sociais — moradia, educação, saúde e alimentação — pelos afetados são fundamentais para elevar os participantes da discussão a uma condição de

<sup>38</sup> ALVARENGA, Luciano J.; FARIAS, Talden. A (in)justiça ambiental e o ideário constitucional de transformação da realidade: o direito em face da iníqua distribuição socioespacial de riscos e danos ecológicos. In: PERALTA, Carlos E.; ALVARENGA, Luciano J.; AUGUSTIN, Sergio (org.). *Direito e Justiça Ambiental: Diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica*. Caxias do Sul: EducS, 2014. p. 30-52. p. 37

<sup>39</sup> ACSELRAD, Henri. Ob. Cit., 2009. p. 109.

<sup>40</sup> ALVARENGA, Luciano J.; FARIAS, Talden. Ob. Cit. p. 36.

equidade, propiciando, assim, um debate verdadeiramente democrático sobre as políticas ambientais, ao encontro do que pretende a justiça ambiental. A profunda desigualdade resulta, ainda, na maior probabilidade de concordância com a chantagem do desemprego, tendo por efeito a maior exposição de parcelas da população aos riscos ambientais.

Canotilho destaca a necessidade de um Estado de Justiça Ambiental, destacando o papel dos princípios do Direito Ambiental:

Finalmente, o Estado de ambiente é um Estado de justiça ambiental. De novo, a justiça aponta para exigências de igualdade, sob pena de os riscos ambientais representados por indústrias, resíduos, descargas, serem deslocados para zonas deprimidas ou para Estados sem defesas ecológicas. As fórmulas plásticas utilizadas nos direitos do ambiente, na legislação interna, internacional e comunitária, como as do «poluidor-pagador», «produtor- -poluidor-pagador», «proibição de turismo de resíduos», pretendem condenar algumas normas de conduta ambiental onde, justamente com exigências técnicas e científicas, não são alheios princípios materiais de justiça ambiental.<sup>41</sup>

Na mesma esteira, de fundamental importância para a realização da justiça ambiental a observância, e a consequente promoção de sua efetividade, dos princípios do equitativo acesso aos recursos naturais (defendido originalmente por Paulo Affonso Lemes Machado<sup>42</sup>, e ainda não difundido em toda a doutrina) da participação, informação (identificados unanimemente pela doutrina ambientalista<sup>43</sup>, que também os denomina como um único “princípio democrático”). Participação e informação, aliás, que são contempladas pela Convenção nº 169 da OIT, que garante o direito de consulta prévia a povos indígenas e tribais em políticas que afetem seu modo de vida. O Segundo Tribunal Ambiental de Santiago também já declarou que:

la participación ciudadana informada es una cuestión necesaria, aunque no suficiente, para alcanzar lo que el marco analítico conocido como justicia ambiental denomina justicia distributiva. Para que la distribución de cargas y beneficios ambientales sea equitativa y proporcional, es, en efecto, previo y

<sup>41</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de Direito*. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 17

<sup>42</sup> MACHADO, Paulo Affonso Lemes. Ob. Cit.

<sup>43</sup> Ver: ANTUNES, Paulo de Bessa. Ob. Cit, p. 26-28; MACHADO, Paulo Affonso Lemes. Ob. Cit. p. 76-79; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 64-66; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Elementos de direito ambiental: parte geral*. 2.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005. p. 173-179; SILVA, Americo Luis Martins da. *Direito do meio ambiente e dos recursos naturais*. São Paulo: RT, 2005. p. 425-427

necesario que exista justicia participativa, la que está dirigida a garantizar que las consecuencias de una determinada actividad sean el resultado de la participación deliberativa de todos los afectados por ella.<sup>44</sup>

Assim, nota-se que a perspectiva da justiça ambiental e o Direito Ambiental positivo devem caminhar lado a lado para efetivação do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Não se deve analisar a questão ambiental de forma simplista, como uma mera demanda desproporcional frente a esgotabilidade dos recursos naturais, sob pena de cancelar as desigualdades ambientais. Deve-se, por outro lado, analisar a questão por seu pelo enfoque político, social e antropológico, que coloque como central para a realização de um direito de todos ao meio ambiente a categoria dos conflitos ambientais, suas causas, consequências e mecanismos para a realização da justiça ambiental, e, por conseguinte, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> apud HERVÉ ESPEJO, Dominique; REBOLLEDO, Sebastián. Ob. Cit. p. 196

<sup>45</sup> ALVARENGA, Luciano J.; FARIAS, Talden. Ob. Cit. p. 47-48.

### 3. BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS

Manuel Ruiz Muller observa que, antes pouco presente no discurso de todos os campos do saber científico, a biodiversidade vem nos últimos 20 anos alcançando o *mainstream* dos discursos políticos, ambientais, sociais, gastronômicos e jurídicos. No âmbito do direito, ainda, os conhecimentos e práticas inovadoras associadas à biodiversidade tornaram-se campo fértil do debate doutrinário.<sup>46</sup>

O tema emergiu a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, da qual resultaram quatro relevantes documentos de proteção ambiental: (i) a Convenção do Clima, que posteriormente originou o Protocolo de Kyoto, (ii) a Declaração de princípios sobre florestas, (iii) a Agenda 21, que estabeleceu 2500 recomendações para o desenvolvimento sustentável, e, a de maior relevância para este tema, (iv) a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Até então, toda a biodiversidade mundial era vista pelos países ricos como patrimônio comum da humanidade, muito embora 95% das espécies da fauna e flora global se concentrem em 15 a 20 países megabiodiversos (Bolívia, Brasil<sup>47</sup>, China, Congo, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, dentre outros). Assim, numa típica relação norte/sul<sup>48</sup>, as nações europeias e os Estados Unidos importavam os diversos componentes da biodiversidade sem qualquer restrição.<sup>49</sup>

Ainda, o conhecimento tradicional associado necessitou de proteção jurídica ante à semelhante exploração realizada pelas atividades de prospecção industriais,

<sup>46</sup> MULLER, Manuel Ruiz. La biodiversidad como objeto de protección jurídica: los recursos genéticos, la propiedad intelectual y los conocimientos tradicionales. *Themis Revista de Derecho*, Lima, n. 56, ago. 2008. p. 110. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/themis/article/view/9180/9588>>. Acesso: 07 out. 2015.

<sup>47</sup> Estima-se que o país tenha em seu território de 15 a 20% dos 1,5 milhão de espécies encontradas no mundo. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Biodiversidade Brasileira*. Brasília, 2002. p. 12. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/biodivbr.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodivbr.pdf)>. Acesso: 07 out. 2015.

<sup>48</sup> No que tange ao fluxo comercial de elementos da biodiversidade: “Na versão ‘biodiversidade’ a dicotomia se apresenta pela oposição entre os interesses dos países do Norte, desenvolvidos e detentores de tecnologia, e os países do Sul, em desenvolvimento e constituinte do bloco de países detentores da maior parte da biodiversidade global.” NOVATO, Alice Faria. *O poder sobre as sementes e os direitos dos agricultores: As leis de cultivares e suas implicações para o domínio da “agrobiodiversidade” desde a perspectiva Sul*. Curitiba, 2013. p. 74. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/35481/1.pdf>>. Acesso: 7 out. 2015.

<sup>49</sup> MULLER, Manuel Ruiz. Ob. Cit.

que frequentemente utilizam de saberes locais para desenvolvimento de produtos, sem que qualquer reconhecimento ou resultado financeiro sejam destinados à comunidade provedora do conhecimento. Destaca Antunes, também, que a fragilidade na transmissão de saberes, por se dar em geral por meio oral entre os membros de populações tradicionais, demanda que o direito os socorra.<sup>50</sup> Natália Tobón Franco, por sua vez, categoriza em quatro os argumentos para a proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais:

- a. Se trata de un tema de "justicia" o "equidad". b. La necesidad de preservar las prácticas y las culturas tradicionales de los pueblos indígenas para mantener la diversidad biológica y cultural en el planeta. c. La necesidad de prevenir que interesados no autorizados se apropien de los CT. d. La importancia que tienen los CT para el desarrollo social, económico y cultural de la sociedad en general.<sup>51</sup>

Juliana Santilli leciona que a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais à ela associados são parte integrantes de um mesmo todo. Dessa maneira, não é possível tratar os componentes tangíveis (a própria variabilidade material dos organismos vivos) e intangíveis (o manejo tradicional) da diversidade biológica como categorias separadas, independentes. Nem mesmo é possível proteger os saberes tradicionais sem antes assegurar os direitos territoriais e culturais desses povos.<sup>52</sup>

É de se observar, então, que a biodiversidade tem não somente um valor intrínseco, como algo que demande proteção ante o respeito ao meio ambiente em si — numa visão puramente preservacionista. Por outro lado, a promoção da diversidade biológica diz respeito ao modo de vida de determinadas populações, que vivem da seleção de cultivares e do uso tradicional dos componentes da biodiversidade. Ainda, o impacto econômico dos produtos da biodiversidade na

<sup>50</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. Ob. Cit. p. 465-466.

<sup>51</sup> FRANCO, Natalia Tobón. Un enfoque diferente para la protección de los conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas. *Estudios Socio-Jurídicos*. Bogotá, v. 9, n. 1, Jan. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-05792007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-05792007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 10 out. 2015.

<sup>52</sup> SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005. p. 6. No mesmo sentido: “a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural como do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar suas espécies, colocar outras e enriquecendo-a, com frequência”. DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, 2000. p. 32. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/saberes.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf)>. Acesso: 09 out. 2015.

economia brasileira é de grande relevância: dados de 1998 apontavam que 31% do total de exportações nacionais à época correspondiam a tais produtos.<sup>53</sup>

### 3.1. HISTÓRICO DE PROTEÇÃO JURÍDICA DA BIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS

Veremos nesta seção, o histórico da proteção jurídica às dimensões tangíveis e intangíveis da biodiversidade. É nesse momento em que se revelam os interesses contrapostos dos países do Norte e do Sul, aqueles detentores de tecnologia para tratar os componentes da biodiversidade, estes ricos em tais componentes. O cerne do conflito localiza-se, então, na polarização entre o livre acesso aos recursos biológicos, postura defendida pelo Norte, e o respeito à soberania nacional dos Estados detentores destes recursos, viés do Sul.

Nesse sentido, Sarita Albagli destaca que:

[...] na disputa sobre o controle das vias de acesso à informação estratégica associada à biodiversidade que se estabelecem os principais pontos de conflito [...] entre os que detêm tecnologias avançadas e os que dispõem de ricas reservas de natureza. Os primeiros, capazes de agregar valor à biodiversidade no mercado globalizado, almejam preservar e ter livre acesso aos recursos genéticos e biológicos. Os segundos, preocupados em garantir soberania sobre seus recursos naturais e em beneficiar-se de seus possíveis usos, não contam com tecnologias adequadas, nem com recursos humanos e financeiros suficientes para sua conservação e uso sustentável.<sup>54</sup>

Primeiramente, o Compromisso Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos da *Food and Agriculture Organization* (FAO), de 1983, veio a positivar o pensamento aceito no período, nos termos do art. 1º do documento: “*The Undertaking is based on the universally accepted principle that plant genetic*

<sup>53</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Primeiro Relatório Nacional para a Convenção da Diversidade Biológica*, 1998. p. 12. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/58-probio-i-serie-biodiversidade?download=943:primeiro-relatorio-nacional-para-a-convencao-sobre-diversidade-biologica>>. Acesso: 08 out. 2015.

<sup>54</sup> ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: Edições Ibama, 1998. p. 21. Disponível em: <[http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/249\\_Geopolitica%20da%20Biodiversidade%20\\_%20Sarita%20Albagli.pdf](http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/249_Geopolitica%20da%20Biodiversidade%20_%20Sarita%20Albagli.pdf)>. Acesso: 08 out. 2015

*resources are a heritage of mankind and consequently should be available without restriction*".<sup>55</sup> É dizer, dessa maneira os recursos fitogenéticos (e, por extensão, quase a totalidade dos recursos genéticos) eram considerados patrimônio de toda a humanidade, que a eles deveriam ter livre acesso, não pertencendo, contudo, a ninguém em particular. Segundo Santilli<sup>56</sup>, como o compromisso não previa a disponibilização dos recursos já apropriados por empresas, mas tão somente os públicos, o documento acabou servindo somente aos melhoristas<sup>57</sup> de instituições privadas.

Algumas resoluções interpretativas foram editadas na sequência<sup>58</sup>, reconhecendo os direitos dos criadores de novas variabilidades vegetais, os direitos dos agricultores, a soberania dos Estados sobre os recursos fitogenéticos, bem como dispendo que o livre acesso aos recursos não implicava na impossibilidade de cobrança pela utilização.<sup>59</sup>

As gradativas mudanças, iniciadas pelas citadas resoluções no âmbito do Compromisso Internacional da FAO, foram reflexo da afloração de análises jurídicas e econômicas quanto ao trânsito de elementos da biodiversidade no mercado internacional. O conceito de patrimônio comum foi contestado pelo Sul, que via sua biodiversidade escorrendo enquanto as normas protetoras da propriedade intelectual iam cada vez mais restringindo o acesso público a elementos da biodiversidade apropriados por agentes privados.

Nesse contexto, surgiu em 1992 a Convenção sobre a Diversidade Biológica, rompendo com a noção de patrimônio comum da humanidade que vigia até então. Com exceção dos Estados Unidos, que assinaram, porém não ratificaram o tratado,

<sup>55</sup> "O Compromisso é baseado no princípio universalmente aceito que a informação genética dos recursos vegetais são herança da humanidade e consequentemente devem estar disponíveis sem qualquer restrição" (tradução livre) Disponível em: <<http://www.fao.org/Ag/cgrfa/iu.htm>>. Acesso: 07 out. 2015.

<sup>56</sup> SANTILLI, Juliana. *A agrobiodiversidade e o acesso aos recursos fitogenéticos: regime jurídico internacional e nacional*. 2009. Disponível em: <[http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/agrobiodiversidade%20e%20acesso%20a%20recursos%20fitogeneticos-2\\_0.pdf](http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/agrobiodiversidade%20e%20acesso%20a%20recursos%20fitogeneticos-2_0.pdf)> Acesso: 08 out. 2015.

<sup>57</sup> Profissionais dedicados à manipulação genética para melhoramento de raças, por meio da seleção, cruzamento ou técnicas moleculares.

<sup>58</sup> Resoluções nº 4/89, disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/ag/cgrfa/Res/C4-89E.pdf>>; nº 5/89, disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/ag/cgrfa/Res/C5-89E.pdf>>; e nº 3/91, disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/ag/cgrfa/Res/C3-91E.pdf>>. Acessos: 07 out. 2015

<sup>59</sup> MULLER, Manuel Ruiz. Ob. Cit. p. 111.

todos os países membro da ONU são partes no tratado, além de Niue, Ilhas Cook e Palestina, não filiados às Nações Unidas.

Passou-se a reconhecer direitos e deveres dos estados nacionais no trato da biodiversidade: ao mesmo tempo em que a Convenção atesta a soberania estatal sobre sua diversidade biológica, cria obrigações para os entes políticos protegerem os conhecimentos inovações e práticas tradicionais associadas à biodiversidade. O documento reconhece as iniquidades entre países provedores e exploradores da diversidade biológica, destinando a cada qual normas diferenciadas no trato da biodiversidade. Prevê, ainda, a necessidade de partilha equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, sujeita ao conhecimento prévio informado do provedor.

Problemas, contudo, surgem do regime bilateral da Convenção, que prevê sempre um “provedor” e um “usuário” dos recursos. Uma das questões principais é a individualização da titularidade para negociar o acesso e a obtenção de espécies. É que a diversidade biológica é produzida a partir das trocas e do manejo de diferentes grupos, que criam novas variedades de organismos. Dessa maneira, um mesmo organismo pode ter surgido pela ação de comunidades distantes, até mesmo em países diferentes. Nesse sentido, Juliana Santilli pondera:

Acostumados a compartilhar e a promover o intercâmbio de materiais genéticos, saberes e experiências agrícolas através de redes sociais, reguladas por normas locais, como definirão os agricultores locais a quem pertencem esses recursos? E, ao exigir que essas comunidades estabeleçam quem são os “donos” desses recursos, não estariam a CDB e as leis nacionais que a regulamentam – estimulando disputas e rivalidades que acabariam por restringir a circulação e o intercâmbio de material genético, fundamentais à manutenção da biodiversidade agrícola? Parece-nos que sim.<sup>60</sup>

Critica-se, assim, o excesso de visão mercantilista da Convenção sobre os elementos da biodiversidade, que são tratados descontextualizadamente dos processos culturais e biológicos que os criam, transformando-os em meras *commodities* vendidas pelos provedores aos usuários.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> SANTILLI, Juliana. Ob. Cit., 2009. p. 15.

<sup>61</sup> Ibidem.



Foi criado então um regime multilateral — no qual diversos países negociaram conjuntamente o acesso e repartição de benefícios de recursos fitogenéticos — por meio do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), em 2001, especificamente para os recursos listados no Tratado e em condição *ex situ*. É que tais recursos tem natureza especial, visto que, no que tange à alimentação e agricultura, a agrobiodiversidade é intrínseca à ação do homem, que manipula cultivares de diversas origens para seleção dos mais adequados, devendo assim ser tratada de forma diferente da diversidade biológica silvestre.<sup>62</sup> Esse tratado reconhece o papel dos agricultores na conservação e melhoramento da agrobiodiversidade, conferindo a eles o direito de usar, trocar e vender sementes conservadas, bem como de participar das decisões sobre a repartição de benefícios derivados dos recursos listados pelo TIRFAA. Reconhece também a dificuldade em estabelecer a origem de cada variedade genética, motivo pelo qual afirma a importância dos agricultores de países megabiodiversos, determinando que os países apoiem as comunidades locais que trabalham com a agricultura. Não avançou, contudo, em estabelecer normas vinculantes para a implantação dos direitos dos agricultores em âmbito nacional, deixando a cargo dos países a observação dos princípios elencados no Tratado.

Uma das soluções propostas para combater a apropriação privada de produtos da biodiversidade, tanto os tangíveis quanto — principalmente — os intangíveis, por meio dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI), é elevar os próprios conhecimentos tradicionais à categoria de DPI, ou seja, registrar os saberes associados à biodiversidade em bancos de patentes. Essa solução, contudo, é fortemente rejeitada pelos juristas dedicados ao tema<sup>63</sup>, visto que o sistema de patentes “torna reservado um conhecimento que era compartilhado de maneira diversa, seja por especialização local, seja por livre circulação de idéias e informações”<sup>64</sup>, bem como “se inserem num modelo determinado de produção

---

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> Natalia Tobón Franco, por outro lado, defende que “[...] no significa que deba negarse de plano la protección de los CT mediante DPI. Si bien las patentes pueden no ser el instrumento ideal de protección, los secretos comerciales, las denominaciones de origen, las marcas colectivas y las marcas de certificación pueden ser útiles”. (Ob. cit.)

<sup>64</sup> CUNHA, M. C. da. Introdução à Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 11-30. apud SANTILLI, Juliana. Ob. Cit., 2005. p. 148. Em outra obra, a autora adiciona: “Não que estes [conhecimentos tradicionais],

agrícola, qual seja, a de monoculturas, e reforça as suas características: alta capitalização [...], concentração fundiária [...], uso intensivo de agrotóxicos [...], baixo emprego de mão de obra”<sup>65</sup>. Dessa maneira, os DPI “são um mecanismo eficiente de colher os produtos da criatividade social. [...] ineficiente para criar e alimentar a árvore do conhecimento.”<sup>66</sup> Assim, conclui Manuel Ruiz Muller,

[...] se ha generalizado una tendencia universal por reconocer que los esfuerzos intelectuales indígenas no encuentran en los instrumentos clásicos de la propiedad intelectual –al menos en sentido estricto– el amparo necesario para ser protegidos, y por ello la necesidad de diseñar mecanismos y formas *ad hoc* que respondan a las peculiaridades y particularidades de los pueblos indígenas, especialmente en los ámbitos nacionales.<sup>67</sup>

No Brasil, como resposta às demandas de regulamentação nacional do acesso à biodiversidade presentes na Convenção sobre a Diversidade Biológica, foi editada a Medida Provisória nº 2186-16/2001<sup>68</sup>, que teve vigência até o dia 16 de novembro deste ano<sup>69</sup>, consolidando uma ampla gama de direitos aos detentores de conhecimentos tradicionais, dentre os quais: o direito de se opor contra a exploração ilícita de seu conhecimento e outras ações lesivas ou não autorizadas (art. 8º); de decisão sobre o uso de seus conhecimentos; ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicionais em todas suas utilizações (art. 9º, I); impedir terceiros não autorizados de utilizar e divulgar seus conhecimentos (art. 9º, II); e de perceber benefícios pela exploração econômica de seus conhecimentos (art. 9º, III).

A Medida Provisória conferia ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), arts. 10 a 15, amplos poderes para disciplinar o acesso à biodiversidade

---

por definição, sejam considerados coletivos, muito pelo contrário. Os sistemas tradicionais têm suas próprias regras de atribuição de conhecimentos, que podem ou não ser coletivos, esotéricos ou exotéricos. Mas essas regras frequentemente entram em conflito com exigências de confidencialidade ou de monopólio”. CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científicos. *Revista USP*, v. 75, p. 76-84, set/nov. 2007. p. 84. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/75/08-manuelacarneiro.pdf>>. Acesso: 10 out. 2015.

<sup>65</sup> NOVATO, Alice Faria. Ob. Cit. p. 22.

<sup>66</sup> SHIVA. V. Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 32-38. apud. SANTILLI, Juliana. Ob. Cit. p. 149.

<sup>67</sup> MULLER, Manuel Ruiz. Ob. Cit. p. 122.

<sup>68</sup> A Emenda Constitucional nº 32/2001 determinou, em seu art. 2º, que “As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.” Assim, a MP nº 2186-16/01 tem vigência mesmo sem conversão em Lei formal.

<sup>69</sup> A Lei nº 13.123/2015, publicada em 20 de maio de 2015, expressamente revoga a Medida Provisória em seu art. 50, e entrou em vigor em 17 de novembro de 2015, conforme seu art. 49.

brasileira. Dispunha em seu art. 11, IV, que cabia ao Conselho deliberar sobre o acesso a componentes do patrimônio genético e a conhecimentos tradicionais associados, mediante anuência de seus titulares, sem, contudo, normatizar como essa anuência seria demonstrada.

Se por um lado o regramento para acesso e repartição de benefícios previsto na Medida Provisória era considerado burocrático, moroso, obscuro e que trazia desestímulo à pesquisa<sup>70</sup>, por outro o regime era considerado demasiadamente contratual e privatista<sup>71</sup>, desatento ao interesse público na conservação da biodiversidade.

Para responder aos anseios de pesquisadores e grupos empresariais, foi promulgada a Lei nº 13.123/2015, que flexibilizou as normas para acesso não comercial de componentes da biodiversidade, substituindo a autorização de acesso por um simples cadastro, diminuindo, assim, a centralidade do CGEN. Trataremos de forma mais aprofundada esse diploma legal no próximo capítulo — desde logo, porém, destaca-se que o chamado Novo Marco da Biodiversidade, apesar de celebrado pelo empresariado e por parte da comunidade científica<sup>72</sup>, ignorou a participação das comunidades tradicionais na formulação da legislação, bem como contraria a Convenção sobre a Diversidade Biológica em alguns pontos e fere direitos já consolidados de comunidades tradicionais.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> “Helena lembrou que a burocracia da MP desestimulava a geração de conhecimento sobre o patrimônio genético e paralisava ou atrasava projetos de pesquisa científicas, dissertações e teses de doutorado.” Cientistas alertam sobre pontos da legislação. *SBPC*, 20 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=4053>>; “É notório que a Medida Provisória [...] é um desestímulo a pesquisa e ao desenvolvimento de processos e produtos que façam uso da biodiversidade brasileira”. MOVIMENTO EMPRESARIAL PELA BIODIVERSIDADE. *Nota Técnica*, Disponível em: <<http://www.mebbrasil.org.br/download/abs/nota-tecnica-mebb.pdf>>; Acessos: 12 out. 2015.

<sup>71</sup> SANTILLI, Juliana. Medida Provisória n. 2186-16 de 2001: Algumas questões a serem revistas. In: FERREIRA, Simone Nunes; SAMPAIO, Maria José Amstalden Morais (org.). *Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: implementação da legislação de acesso e repartição de benefícios no Brasil*. São Paulo: SBPC, 2013. Disponível em: <[http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/sbpc\\_biodiversidade\\_acesso.pdf](http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/sbpc_biodiversidade_acesso.pdf)>. Acesso: 13 out. 2015. p. 285-292.

<sup>72</sup> “‘We hope this will get scientists and industry excited about working with biodiversity again. There is a lot of untapped potential there,’ adds Eliana Fontes, a biosafety expert at the Brazilian Agricultural Research Corp. in Brasília”. ESCOBAR, Herton. Brazil cuts red tape stifling biodiversity studies. *Science*. v. 348, 29 de maio de 2015. p. 952

<sup>73</sup> Ver: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540369--marco-da-biodiversidade-e-contrario-aos-interesses-nacionais-entrevista-especial-com-andre-de-paiva-toledo>>, <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/541350-projeto-de-lei-sobre-biodiversidade-fere>>

Há, ainda, no ordenamento jurídico brasileiro, diversos outros diplomas normativos que cuidam, mesmo que mediatamente, da proteção aos componentes da biodiversidade.

Um dos exemplos é a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, formulada com vistas a garantir conservação *in situ* da biodiversidade, é constantemente apontada como excessivamente conservacionista pelos seus críticos. Apesar de prever unidades de conservação que integram o elemento humano, notadamente as reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, a participação humana para a conservação da biodiversidade é deixada em segundo plano, privilegiando as unidades de proteção integral.

Há também a Política Nacional da Biodiversidade, que estabelece princípios e diretrizes para implementação de uma política que una todos os entes da federação na proteção da diversidade biológica. O Decreto, segundo Antunes, tem como objeto central o ser humano, muito embora formem “conjunto bastante confuso e pouco claro, pois misturam elementos de direito internacional com declarações de princípios quanto ao direito interno, bem como inovam em relação à própria CDB.”<sup>74</sup>

Ainda, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais traz diretrizes para a promoção de modos de vida alternativos, segundo seu artigo 2º, “com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”. Apesar das belas palavras que compõem esse decreto federal, vale ressaltar que são apenas princípios e diretrizes para o Estado, não tendo qualquer efeito vinculativo. Depende-se de vontade política para a realização de políticas públicas que efetivem tais indicações. Mais vale, assim, o reconhecimento estatal realizado no diploma legal, com a definição de um conceito para povos e comunidades tradicionais, o qual deve ser utilizado como forma de discriminação positiva desses grupos em políticas públicas.

---

tratado-internacional-diz-seu-maior-dirigente> e <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540561-mobilizacao-contra-lei-que-regulamenta-a-biopirataria>>. Acessos: 12 out 2015.

<sup>74</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. Ob. Cit. p. 434.

### 3.2 INTERSEÇÕES ENTRE BIODIVERSIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Ao estudar os temas, logo se vê que proteção à diversidade e a perspectiva da justiça ambiental, apesar de trabalharem em perspectivas diversas da questão ambiental, estão intimamente ligadas em seus fins. Proteger os componentes da biodiversidade — ao menos idealmente — é resguardar a diferença, estimular modos de vida alternativos, conferir protagonismo a populações tradicionais na decisão de políticas ambientais, democratizar o poder sobre recursos naturais, bem como promover um meio ambiente ecologicamente equilibrado a todos, ações que, como exposto no capítulo 2, contribuem para a atenuação das injustiças ambientais.

Vandana Shiva afirma que a preservação da diversidade biológica deve ter como foco o estímulo às comunidades tradicionais:

Para as comunidades indígenas locais, preservar a biodiversidade significa conservar seus direitos aos recursos, conhecimento e sistemas de produção próprios. Para os interesses comerciais, como as empresas de biotecnologia farmacêutica e agrícola, a biodiversidade em si não tem valor, não passa de matéria-prima. Essa produção tem suas bases na destruição da biodiversidade, à medida que os sistemas locais de produção fundados na diversidade são desalojados pela produção fundada na uniformidade.<sup>75</sup>

Na mesma esteira, Manuela Carneiro da Cunha:

É sabido que a tecnologia que foi desenvolvida pela Embrapa dirigiu-se sobretudo ao setor agropecuário. O avanço desastroso em termos ecológicos da soja valeu-se dessa tecnologia. Está mais do que na hora, conforme Bertha Becker e Carlos Nobre têm insistido, de se desenvolver uma ciência e tecnologia para a floresta em pé. A valorização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais é uma oportunidade-chave dentro desse programa.<sup>76</sup>

É dizer, portanto, que para concretização da justiça ambiental não basta meramente proteger a biodiversidade, mas fazê-lo de forma a valorizar os provedores de seus componentes intangíveis. As injustiças ambientais manifestam-se também sob a forma de proteção ambiental desigual.<sup>77</sup> Não é suficiente, assim,

<sup>75</sup> SHIVA, Vandana. Ob. Cit. p. 146.

<sup>76</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Ob. Cit., 2007. p. 83.

<sup>77</sup> ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. Ob. Cit. p. 73.

resguardar o patrimônio genético com vistas a transformá-lo em produtos da biotecnologia.<sup>78</sup> Deve-se, por outro lado, promover políticas de valorização dos saberes tradicionais, a fim de efetivar uma proteção justa à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados, haja vista que o meio ambiente protegido pela ordem constitucional vigente não é apenas o natural, mas também o cultural<sup>79</sup>, aspectos que são indissociáveis.

No enfoque da justiça ambiental como reconhecimento, “*el reconocimiento debe devolver el respeto [...] a las creencias y conocimientos tradicionales, así como a las prácticas culturales en general, que han sido invisibilizadas en beneficio de intereses económicos occidentales*”.<sup>80</sup> Fundamental, assim, para efetivação da justiça ambiental e promoção de modos de vida alternativos dos quais surge o conhecimento tradicional, que haja o reconhecimento cultural das comunidades tradicionais.<sup>81</sup>

Martin, McGuire e Sullivan, por sua vez, apontam que instrumentos como a repartição de benefícios por acesso a conhecimentos tradicionais e o pagamento por serviços ambientais, muito embora ajudem na distribuição dos benefícios da biodiversidade, são mecanismos tipicamente neoliberais, que *commoditizam* os recursos naturais (o que os teóricos da justiça ambiental diriam que são estratégias da modernização ecológica, na qual instrumentos de mercado salvariam o meio

<sup>78</sup> É dizer: não há apenas um modo de proteção à biodiversidade, Monica da C. Pinto, por exemplo, defende a valorização dos conhecimentos tradicionais como uma forma “de garantir que tanto povos indígenas quanto comunidades tradicionais acessem o mercado, ampliando sua liberdade econômica”, devendo o acesso de pesquisadores a seus saberes se dar para traduzi-los à linguagem do mercado. (PINTO, Mônica da Costa. Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e pesquisa científica: uma análise a partir do pensamento de Armatya Sen. In: MARTINEZ, Sergio Rodrigo; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira (Coord.). *Desenvolvimento e meio ambiente: o pensamento econômico de Armatya Sen*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 85-97.)

<sup>79</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Ob. Cit. p. 46.

<sup>80</sup> BELLMONT, Yary Saidy. *El concepto de justicia ambiental: reflexiones en torno a la jurisprudencia constitucional colombiana del siglo XXI*. Dissertação de mestrado. 160f. Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/8706/1/905060.2012.pdf>>. Acesso: 14 out. 2015. p. 67.

<sup>81</sup> No mesmo sentido: “For biodiversity conservation, we have seen that the problem of recognition revolves around the dominance of ways of knowing that dichotomise people and nature, and which seek to resolve overexploitation of nature through a form of reconnection based on commoditisation. The problem of malrecognition is therefore connected to the problem of reconciling social justice with sustainability, as both problems are linked to a way of knowing that involves the separation of nature and society”. MARTIN, Adrian; MCGUIRE, Shawn; SULLIVAN, Sian. Global environment justice and biodiversity conservation. *The Geographical Journal*, v. 179, n. 2, junho 2013, p. 122–131. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/geoj.12018/pdf>>. Acesso: 13 out. 2015. p. 129.

ambiente da degradação). Para os autores, tais instrumentos não bastam para a conservação da biodiversidade, devendo-se reconhecer formas de conhecimentos não convencionais de populações tradicionais — que não separam radicalmente homem e natureza como sujeito e objeto — como fundamentais na construção da justiça ambiental global e promoção da diversidade biológica.<sup>82</sup>

Sob o viés da distribuição desigual dos ônus ambientais entre as diferentes classes sociais, atente-se para o relatório do Ministério do Meio Ambiente quanto às implicações da perda da biodiversidade:

Os pobres constituem o segmento populacional mais dependente dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos e, portanto, são mais vulneráveis à sua degradação. Mais de 10 milhões de pessoas no Brasil vivem com renda menor do que US\$ 300 por mês e uma porção significativa dessas vive em áreas rurais, onde a dependência dos serviços ecossistêmicos é ainda maior. A degradação ambiental resulta em numerosas ameaças à ecologia, aos modos de vida e ao desenvolvimento econômico e social. Por exemplo, o desmatamento recorrente e contínuo leva à perda da variabilidade genética, reduzindo a capacidade dos ecossistemas de adaptarem-se às mudanças climáticas e de fornecer serviços ecossistêmicos. A perda da vegetação original também reduz a disponibilidade de produtos florestais dos quais dependem muitas comunidades extrativistas. [...] A perda de variabilidade genética também leva à perda de espécies de uso potencial econômico ou biotecnológico e, com o desaparecimento dos parentes silvestres de espécies cultivadas, as lavouras tradicionais podem ser seriamente afetadas, assim como os conhecimentos tradicionais associados a lavouras em desaparecimento e espécies utilizadas por comunidades extrativistas, potencialmente afetando a nutrição e segurança alimentar das comunidades mais pobres.<sup>83</sup>

Portanto, — tendo em vista que: (i) a perda da diversidade biológica atinge desigualmente os grupos sociais, (ii) a proteção e promoção dos componentes intangíveis da biodiversidade deve empoderar comunidades tradicionais, sujeitos usualmente excluídos das decisões políticas, e que (iii) para efetivar a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade é fundamental o reconhecimento cultural, elemento da justiça ambiental — conclui-se que a busca por justiça ambiental e a proteção dos componentes tangíveis e intangíveis da biodiversidade devem caminhar lado a lado. A proteção à biodiversidade deve tanto

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*, 2011. p. 81. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dcbio/\\_arquivos/quarto\\_relatorio\\_147.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_arquivos/quarto_relatorio_147.pdf)>. Acesso: 13 out. 2015.

ser realizada *com* justiça ambiental (entendida como a perspectiva adotada), quanto *para* a justiça ambiental (neste ponto, como fim a ser atingido).



#### 4. REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR ACESSO A CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS IDENTIFICÁVEIS NO NOVO MARCO DA BIODIVERSIDADE

##### 4.1 A LEI Nº 13.123/2015

Se por um lado a nova Lei, sancionada em 20 de maio de 2015, é elogiada pela desburocratização e esclarecimento de pontos dúbios da antiga regulamentação, por outro lado é destinatária das mais variadas críticas.

A mais recorrente delas diz respeito à ausência de participação das comunidades tradicionais na elaboração da Lei. É que os arts. 6º e 7º da Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário<sup>84</sup>, garantem o direito de consulta prévia aos povos indígenas e tribais (termo utilizado pela Convenção<sup>85</sup>) no que tange a políticas que possam afetar diretamente seus estilos de vida tradicionais. A falta de participação nos debates para formação do diploma legal foi alvo de protesto pelos povos e comunidades tradicionais, como revelam as Cartas “De onde brotam os espinhos”, “Os Povos Indígenas e o Projeto de Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais e a Repartição de Benefícios”, “Carta Circular Aberta”, “Veta Dilma” e recomendações do Ministério Público.<sup>86</sup> O governo,

<sup>84</sup> Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143/2002 e promulgada por meio do Decreto nº 5.051/2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso: 25 out. 2015.

<sup>85</sup> “No Brasil, não há ‘povos tribais’ no sentido estrito em que há em outros países, mas existem grupos sociais distintos que vivem na sociedade e essa distintividade é que aproxima da noção de ‘povos tribais’. O significado de ‘tribal’ aqui deve ser considerado ‘lato sensu’, envolvendo todos os grupos sociais de forma indistinta: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto dentre outros grupos.” SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). *Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA, 2007. p. 45-46. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=MjEuaG90bGluaw>>. Acesso: 25 out. 2015.

<sup>86</sup> Documentos disponíveis, respectivamente, em: <<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/11/CARTA-DEN%C3%9ANCIA-De-onde-brotam-os-espinhos.pdf>>; <<https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2015/02/25/os-povos-indigenas-e-o-projeto-de-lei-de-acesso-ao-patrimonio-genetico-e-aos-conhecimentos-tradicionais-e-a-reparticao-de-beneficios>>; <<https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2015/03/02/povos-indigenas-povos-e-comunidades-tradicionais-e-agricultores-familiares-repudiam-projeto-de-lei-que-vende-e-destrói-a-biodiversidade-nacional>>; <<http://oindigenista.com/2015/05/08/veta-dilma-leia-o-pedido-de>>

inclusive, chegou a reconhecer que a Lei não foi devidamente debatida com os povos e comunidades tradicionais.<sup>87</sup>

Outros pontos criticados são a criação do instituto do conhecimento tradicional de origem não identificável (art. 2º, III, da Lei), inovando em relação aos documentos internacionais relativos à matéria, o não estímulo a transferências de tecnologia<sup>88</sup>, bem como a utilização do termo “populações indígenas” ao invés de “povos”, como consagrado na Convenção 169 da OIT e no Decreto nº 6.040/2007<sup>89</sup>.

São tratadas com preocupação, também, algumas inovações legislativas quanto à repartição de benefícios por uso da biodiversidade, que terão tratamento mais aprofundado na sequência deste capítulo.

## 4.2. ALTERAÇÕES NO REGIME LEGAL DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

A lei aprovada em 2015 alterou o regime de repartição de benefícios em diversos pontos.

Há uma separação entre conhecimentos tradicionais de origem identificável e de origem não identificável. Aqueles são os mais comuns, os quais se pode atribuir sua origem a pelo menos uma comunidade ou povo. Contudo, há situações em que se sabe a existência de um conhecimento tradicional associado mas não é possível atribuir sua origem a nenhum grupo. A Lei da Biodiversidade trata da *origem* do

---

veto-ao-pl-da-biodiversidade>;  
<[http://www.prdf.mpf.mp.br/imprensa/arquivos\\_noticias/recomendacao-consulta-indigenas.pdf](http://www.prdf.mpf.mp.br/imprensa/arquivos_noticias/recomendacao-consulta-indigenas.pdf)>.  
Acessos: 30 out. 2015.

<sup>87</sup> SENADO NOTÍCIAS. *Haverá mais diálogo na regulamentação da Lei da Biodiversidade, diz representante ministerial*. 17 mar. 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/havera-mais-dialogo-na-regulamentacao-lei-da-biodiversidade-diz-representante-ministerial>>. Acesso: 30 out. 2015.

<sup>88</sup> INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Marco da Biodiversidade é contrário aos interesses nacionais. Entrevista especial com André de Paiva Toledo*. 31 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540369--marco-da-biodiversidade-e-contrario-aos-interesses-nacionais-entrevista-especial-com-andre-de-paiva-toledo>>. Acesso: 30 out. 2015.

<sup>89</sup> TÁVORA, F.L. et al. *Comentários à Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015: Novo Marco Regulatório do Uso da Biodiversidade*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, outubro/2015 (Texto para Discussão nº 184). p. 30. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td184>>. Acesso: 20 de out. de 2015.

conhecimento ser identificável ou não, porém não nos parece que esse é o termo adequado, pois frequentemente é impossível atribuir a origem de um conhecimento, haja vista que o patenteamento de invenções é alheio à realidade das comunidades tradicionais. A terminologia mais adequada seria “tradicionalmente detém” o conhecimento, para que não se abrisse a possibilidade de, quase sempre, atribuir ao conhecimento origem não identificável, o que altera o regime de repartição de benefícios.

O artigo 30 da Lei criou o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, com fins de remunerar conhecimentos tradicionais não identificados nos acordos de repartição de benefícios, que por vezes ignoram a existência dos mesmos conhecimentos tradicionais por comunidades que não a provedora no contrato, bem como utilizar de seus recursos para promover a biodiversidade. Juliana Santilli já reivindicava a criação de um fundo nesses moldes, para que os procedimentos de acesso a conhecimentos tradicionais não gerem “disputas entre as próprias comunidades em relação à titularidade dos recursos e saberes, e prejudicar a livre circulação dos objetos biológicos e o intercâmbio entre as comunidades locais, em detrimento da biodiversidade”, a criação do fundo é, assim, “uma forma de concretizar o princípio do ‘usuário pagador’, consagrado pela Política Nacional do Meio Ambiente.”<sup>90</sup>

Quanto ao próprio conceito de conhecimento tradicional associado, a Lei nº 13.123/2015 retira o elemento “valor real ou potencial” (presente na MP nº 2186-16/2001, art. 2º, II) de sua definição, restando assim definido como: “informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético” (art. 2º, II). Tal alteração nos parece salutar, haja vista que o conhecimento tradicional não deve ser definido, e consequentemente protegido pelo Direito, pela existência de um valor para terceiros. Contudo, ao estabelecer a necessária relação entre conhecimentos tradicionais e patrimônio genético, a lei falha em proteger práticas tradicionais que estimulam a produção de tais conhecimentos, ignorando “contextos,

---

<sup>90</sup> SANTILLI, Juliana. Ob. Cit. 2013. p. 288.-290

processos e práticas culturais que promovem a produção dos conhecimentos, inovações e práticas”<sup>91</sup> dos povos tradicionais.

Por outro lado, as inúmeras isenções na obrigatoriedade da repartição de benefícios são preocupantes. O art. 17, § 5º da Lei inova ao estabelecer que microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores tradicionais e cooperativas não são obrigados a repartir benefícios. Os demais parágrafos do mesmo artigo criam diversas restrições à repartição de benefícios, estabelecendo que apenas os fabricantes de produtos acabados<sup>92</sup> ou material reprodutivo estão sujeitos ao regime de partilha, excluídos os intermediários da cadeia produtiva que utilizarem das informações.<sup>93</sup> Exclui-se também a divisão dos bônus em caso de acessos distintos realizados para o desenvolvimento de um mesmo produto, assim como em operações relacionadas ao trânsito comercial de direitos de propriedade intelectual sobre produtos usuários de conhecimentos tradicionais. Na mesma esteira, o *caput* do art. 18 determina que no âmbito agrícola apenas o material reprodutivo seja objeto da repartição de benefícios, nesses casos “a cobrança recairá somente em material reprodutivo, não sobre *commodity*, ou seja, a semente pode vir a ser objeto

<sup>91</sup> Idem. Conhecimentos Tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: PLATIAU, A. F. B.; VARELLA, M. D. *Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.356.

<sup>92</sup> O art. 2º, XVI, da Lei define produto acabado “como produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos principais de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica”. É dizer, dessa forma, que além de excluir os produtos intermediários da repartição de benefícios, a Lei isenta também aqueles nos quais o conhecimento tradicional associado não seja um dos principais elementos de agregação de valor. Segundo Fernando L. Távora et. al. (ob. cit., p. 46), “Essa definição é subjetiva o suficiente para motivar inúmeros litígios, pois é extremamente difícil a verificação da importância de um elemento para a agregação de valor em um produto acabado. Apenas o fabricante possui uma real noção do peso de cada componente na definição do valor de seu produto, e não tem incentivo algum para revelar essa informação por questões de segredo ou de propriedade industrial. Ademais, recairá sobre a parte mais frágil, em termos financeiros e informacionais, o ônus da prova de que o elemento em uma eventual disputa judicial seja determinante para a existência das características funcionais ou para a formação do apelo mercadológico do produto acabado. Com isso, há um risco não negligenciável de que muitas empresas possam deixar de repartir benefícios com base no argumento de o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado presente em seu produto não estar entre os principais elementos de agregação de valor.”

<sup>93</sup> “[...] surge a possibilidade de que não seja repartido benefício algum, caso uma empresa de grande porte seja produtora de insumos resultantes de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e seus principais demandantes sejam microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, que são isentos da obrigação de repartição de benefícios.” TÁVORA, F. L. et. al. Ob. Cit. p. 46.

de cobrança, mas não o grão.”<sup>94</sup> Ainda, o § 3º do art. 9º traz a presunção legal de que as variedades crioulas<sup>95</sup> ou localmente adaptadas têm, apenas, conhecimento tradicional não identificável, prescindindo de autorização de acesso pela comunidade que detém a variedade.

Os argumentos expostos acima demonstram as reais motivações da Lei da Biodiversidade. Ao contrário do objetivo proclamado pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, que é a instrumentalização da repartição de benefícios para garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade (art. 1º, no mesmo sentido do art. 1.1 do TIRFAA), o escopo do diploma legislativo brasileiro é a facilitação, desburocratização do acesso à biodiversidade nacional para o estímulo à biotecnologia — ou seja, transformação em produtos comercializáveis. A repartição de benefícios por uso de conhecimento tradicional no novo Marco é residual, não regra. Apenas se superadas as inúmeras isenções — tratar-se de produto final cujo conhecimento tradicional é elemento de agregação de valor, não comercializado pelos tipos societários elencados pelo art. 17, § 5º — estabelecidas pela lei é que se passa à mesa de negociação para definir os termos dos acordos para a partilha dos bônus. Deve-se, no fito da Lei, eliminar as barreiras legais e morais para estimular a apropriação pelo capital dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, esverdear o capitalismo, crer no evangelho da ecoeficiência dos mercados e encorajar a mão invisível para semear a diversidade biológica.

#### 4.3. ACORDOS DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 18. Explica-se: numa eventual relação em que um agricultor se utiliza de variedades de sementes desenvolvida por comunidades tradicionais, apenas deverá repartir benefícios caso eventualmente comercialize o material reprodutivo — sementes, mudas, sêmen —, não sobre a venda de elementos do próprio vegetal, ou de produtos deles originados.

<sup>95</sup> Variedade de espécie com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local,

Previamente à análise das características dos acordos de repartição de benefícios, é importante notar a alteração na nomenclatura que tal instrumento teve entre a MP nº 2186-16/2001 e a Lei nº 13.123/2015.

A Medida Provisória definia-o assim:

Art. 7º (...) XIII - Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios: instrumento jurídico multilateral, que qualifica as partes, o objeto e as condições de acesso e de remessa de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado, bem como as condições para repartição de benefícios;

Já a nova Lei utiliza a seguinte terminologia:

Art. 2º Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, consideram-se para os fins desta Lei:  
(...) XX - acordo de repartição de benefícios - instrumento jurídico que qualifica as partes, o objeto e as condições para repartição de benefícios;

Apercebe-se a relevante mudança no nome do instrumento. Substitui-se “contrato” — termo que vem carregado de uma carga ideológica do liberalismo clássico, que indica lados contrapostos, vontades divergentes, minimização das perdas e maximização dos lucros — por “acordo”, palavra em consonância com relações harmônicas, concordância, mais afastada de questões puramente econômicas/patrimoniais.<sup>96</sup> Juridicamente nada se altera, haja vista que o acordo de vontades é integrante do conceito de contrato.

Poucas são as diferenças entre o conteúdo das duas definições. Muito embora o conceito trazido pela MP fosse mais completo, o recheio é o mesmo: trata-se de instrumento jurídico dotado de partes devidamente qualificadas, objeto e condições da repartição. Operou-se um *rebranding* no instrumento: sem alterar a essência — continua a ser um ajuste de vontades entre *provedores* e *usuários* do conhecimento tradicional —, apostou o legislador em uma mera alteração da denominação que não mais indicasse seu caráter privatista, na tentativa de

<sup>96</sup> Algumas das definições de “acordo” trazidas pelo Dicio são condizentes com o exposto nesse parágrafo: “s.m. Ação de acordar (entrar em concordância); convenção; os Estados de opiniões contrárias entraram em acordo. [...] Em que há harmonia de pensamentos; concórdia: o acordo entre os irmãos é essencial. [...] Em que há consentimento; aprovação ou permissão: [...] Deliberação feita em conjunto.” Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/acordo/>>. Acesso: 04 nov. 2015.

escamotear as reais intenções que orientam a elaboração de políticas ambientais pelo estado brasileiro.

De diversas maneiras vem a crítica pela adoção da forma de contrato para tratar da repartição de benefícios por utilização de conhecimentos tradicionais. Sandra Akemi Shimada Kishi pondera que as categorias contratuais tradicionais não podem ser utilizadas, uma vez que o objeto do contrato é um bem cultural e de interesse público:

[...] conhecimentos tradicionais não podem ser objetos de um contrato, no modelo clássico de direito privado, cujo escopo é adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial. Em matéria de acesso ao conhecimento tradicional também há um referencial econômico, mas prepondera o referencial cultural que bem por isso define este bem jurídico como conhecimento tradicional. É necessário compatibilizar e adaptar o contrato, de modo a se constituir num instrumento apto e eficaz para abarcar um objeto de natureza de bem imaterial de interesse público, difuso<sup>97</sup>

Fernanda Medeiros e Leticia Albuquerque, em pesquisa empírica sobre contratos celebrados ainda sob a égide da MP nº 2186-16/2001, apontam as inúmeras desigualdades que são consolidadas pela gestão do modelo contratual adotado no Brasil, dessa forma “a igualdade entre as partes contratuais em termos de fixação de cláusulas negociais parece um objetivo deveras distante de ser alcançado, especialmente em termos materiais.” A legislação brasileira, segundo as autoras, não serve ao objetivo de promover formas alternativas de saber.<sup>98</sup>

Por outro viés, Feres e Moreira lamentam o fato de que todo o potencial transformador da Convenção sobre a Diversidade Biológica, que inovou em reconhecer a importância das práticas diferenciadas de povos tradicionais tradicionais para a conservação da biodiversidade, tenha sido transportado ao direito interno sob a forma de normas contratuais comuns:

Todavia, quando percebemos os produtos internos desses tratados internacionais, a solução encontrada para o compartilhamento de benefícios

<sup>97</sup> KISHI, Sandra Akemi Shimada. Repartição de benefícios na atual legislação e nos projetos de lei no Brasil: críticas e dilemas. *Revista Interamericana de Direito e Cidadania [online]*. Disponível em: <<http://www.reid.org.br/?CONT=00000254>>. Acesso: 04 nov. 2015.

<sup>98</sup> MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Leticia. A quem pertence a biodiversidade? Um olhar acerca do marco regulatório brasileiro. *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 12, n. 23, jan/jun 2015. p. 195-216. Disponível em: <<http://domholder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/533/445>>. Acesso: 05 nov. 2015.

do uso de um determinado conhecimento ou de uma prática tradicional é resumido a uma relação contratual e à repartição de benefícios econômicos.<sup>99</sup> (itálico no original)

Mais além, Joaquim Shiraishi Neto e Fernando Antônio de Carvalho Dantas argumentam que o contrato é a forma típica do intercâmbio de bens de um tempo e espaço determinado, o qual demanda a maior racionalização das relações sociais que envolvem o trânsito de bens e direitos. Nesse contexto, surge a categoria do sujeito de direitos, fundada na autonomia da vontade, que iguala os desiguais, tornando as trocas impessoais, ignorando as características subjetivas das partes num determinado negócio jurídico. Esse tipo de relacionamento, que ignora a subjetividade, contribui, por fim, para tornar as pessoas mais individualistas, rompendo os vínculos familiares e culturais próprios de determinada realidade. Dessa maneira, a utilização do contrato como meio de gestão dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade acaba por prejudicar a perpetuação de formas de saber alternativas:

[...] esse processo que ocorreu ao longo de um período, trouxe uma série de consequências no âmbito das relações sociais que “reduzem progressivamente os vínculos jurídicos que ligavam o indivíduo à comunidade ou o grupo em que está inserido.” (Roppo, 1988, 27). Nesse processo, os vínculos que se estabeleciam em diversos planos (familiar, do grupo, da corporação) foram sistematicamente abolidos e substituídos por “novas” formulações que melhor correspondiam às necessidades colocadas como prementes. [...] Enfatiza-se que a MP, que disciplinou o acesso ao conhecimento tradicional, transformou a comunidade em sujeito de direito, o conhecimento tradicional associado à biodiversidade em mercadoria, negociado mediante contrato de repartição de benefícios. Tais processos encontram-se de acordo com as exigências de expansão do capital, que centra a sua ação e estratégia na eliminação de todo e qualquer obstáculo que possa se opor à livre e segura circulação dos bens<sup>100</sup>

<sup>99</sup> FERES, Marcos Vinicio Chen; MOREIRA, João Vitor de Freitas. Considerações acerca do Conhecimento Tradicional e do Modelo de Acesso ao Patrimônio Genético. *PIDCC*. Aracaju, v. 9, n. 2, jun. 2015. p. 210. Disponível em: <<http://pidcc.com.br/artigos/092015/08092015.pdf>>. Acesso: 05 nov. 2015.

<sup>100</sup> SHIRAISHI NETO, Joaquim, DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. A “commoditização” do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica. *Economía y Sociedad*, Norteamérica, vol. 13 n. 33-34, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/economia/article/view/84>>. Acesso: 05 nov. 2015.



Contratos são, por definição<sup>101</sup>, instrumentos mediadores de relações entre partes privadas teoricamente livres para dispor de seu bem ou serviço no mercado e, portanto, não são adequados para mediar relações em que uma parte é sujeito de direitos coletivos e difusos.<sup>102</sup>

Não nos parece possível, assim, que a justiça ambiental seja garantida se a lógica que rege a produção do conhecimento nos povos tradicionais e a que orienta os instrumentos da legislação editada para proteger seus conhecimentos sejam tão diversas. O contrato é típico do direito privado moderno, aplicá-lo a uma comunidade tradicional não inserida nessa racionalidade apenas reafirma uma interpretação cultural vertical, que opta pela universalização do particular, forçosamente empurrando relações sociais distintas para encaixarem-se no modelo de relação jurídica do direito privado liberal.

Uma forma de amenizar os efeitos nefastos do modelo contratual seria aumentar a presença de instituições estatais para controle do processo e assessoramento dos povos tradicionais na negociação do contrato. Contudo, o que traz a Lei de 2015 é o contrário. É retirada a competência do CGen para autorizar acesso a conhecimento tradicional, bem como para dar anuência ao contrato (agora acordo) de repartição de benefícios, tornando o mecanismo de repartição de benefícios ainda mais privatista.

Não se ignora, aqui, que o contrato teve mudanças. O contrato não é mais tão somente a regulação autônoma de interesses privados, alinhado à radical separação entre sociedade civil e Estado que impediria a interferência dos poderes públicos.<sup>103</sup> A função social do contrato, positivada no art. 421 do Código Civil é retrato de seu

<sup>101</sup> Para Maria Helena Diniz (*Tratado Teórico e Prático dos Contratos*. São Paulo: Saraiva, 1999), contrato é "acordo entre a manifestação de duas ou mais vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesses entre as partes, com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial." Definição semelhante à de Roberto Senise Lisboa (*Manual de Direito Civil*. v. 3: contratos. 7a ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 30): "o vínculo constituído entre duas partes em função de um objeto (bem da vida), a ser transmitido total ou parcialmente, a título provisório ou definitivo, gratuito ou oneroso, mediante a operação adotada (objeto operação)."

<sup>102</sup> PORRO, Noemi Miyasaka; MENASCHE, Renata; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Babaçu livre e queijo serrano: histórias de resistência à legalização da violação a conhecimentos tradicionais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 267-301, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n41/v20n41a10.pdf>>. Acesso: 05 nov. 2015.

<sup>103</sup> LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 19. O autor ainda complementa, demonstrando que em tal contexto imperavam os enunciados dispositivos ou supletivos, que podem ser superados pela convenção entre as partes, como o art. 487 que dispõe "é lícito às partes fixar o preço" ou o 490: "salvo cláusula em contrário".

tempo: marca a transformação do papel do Estado, que antes nunca intervinha, para converter em regra a intervenção pública nas relações econômicas. “A tradicional função individual do contrato permanece, mas é conformada à função social”.<sup>104</sup>

Operou-se a constitucionalização do direito civil. A Constituição, além de organizar e limitar o poder político, também impõe barreiras ao poder econômico. Três características desse fenômeno se destacam no direito contratual: a relativização da autonomia da vontade pela função social, a vinculação ética-social dos direitos privados e o recuo de seu formalismo.<sup>105</sup>

Também os contratos de massa fazem com que a teoria contratual tenha de se reinventar: nenhuma manifestação de vontade e negociação é feita pelo contratante, concorda-se, ou não, com os termos previamente estabelecidos. Novos dispositivos cogentes, imperativos, substituem os facultativos de antes. Se não são elaborados conforme a Lei, os contratos são inválidos, independentemente de cláusula que excepcione tais normas. As regras dos arts. 421 a 424, ainda, demonstram o caráter social que se infiltra nos contratos.<sup>106</sup>

Tais alterações, contudo, não atingem ao fundamento do contrato, que, como visto, continua a ser instrumento da atividade econômica, destinado ao trânsito — agora não mais tão livre — de bens patrimoniais.

#### 4.3.1. Partes no acordo de repartição de benefícios

A Lei nº 13.123/2015 dispõe que as partes no acordo de repartição de benefícios serão:

Art. 25. O acordo de repartição de benefícios deverá indicar e qualificar com clareza as partes, que serão:

II - no caso de exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado de origem identificável:

a) o provedor de conhecimento tradicional associado; e

---

<sup>104</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 24/25.

b) aquele que explora economicamente produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado.

O conceito de provedor de conhecimento tradicional é também definido pela Lei, em seu art. 2º, V, como a “população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que detém e fornece a informação sobre conhecimento tradicional associado para o acesso”. O conceito de comunidade tradicional, por sua vez, é tratado — além de neste diploma legal em seu art. 2º, V — no Decreto nº 6.040/2007 (art. 3º, I), cuja definição a Lei 13.123/2015 reproduziu, e na Convenção nº 169 da OIT (art. 1º, 1.a e 2), e tem na autoidentificação das comunidades como culturalmente diferenciadas a base central de sua conceituação.

Dentro do modelo contratual da legislação, há duas principais observações a se fazer quanto à parte provedora no acordo.

É que as comunidades tradicionais não raro não possuem um sistema de representação consolidado para tomada de decisões coletivas, no qual se possa afirmar quem é seu representante na tratativa com terceiros, bem como a legitimidade desse líder para decidir em nome de todo o grupo. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, esse é um dos principais obstáculos práticos à implementação dos contratos:

É preciso também encarar as dificuldades de implementação, como por exemplo a de se estabelecer a legalidade (sem falar da legitimidade) de contratos com populações tradicionais. Um dos problemas que se colocam de saída, com efeito, é a ausência, nos sistemas costumeiros, de representantes com autoridade sobre toda a população. Nas sociedades indígenas no Brasil, a regra é, antes, que cada chefe de aldeia tenha alguma autoridade sobre sua aldeia e que, havendo dissensões, as aldeias se cindam. Criam-se, para atender ao problema da legalidade de contratos, associações civis cuja legitimidade pode ser freqüentemente contestada.<sup>107</sup>

Por outro lado, a própria elevação de povos e comunidades tradicionais à categoria de sujeitos de direito leva àquelas críticas feitas à adoção do modelo contratual. É que essa categoria é também própria do direito privado moderno, e utiliza da abstração das situações de fatos para igualar todas as pessoas, da redução à condição de sujeito de direito para despersonalizar, para juridicamente igualar os faticamente desiguais. As pessoas (naturais ou não) tornam-se meros

---

<sup>107</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Ob. Cit., 2007. p. 84.

proprietários em potencial, desligadas suas relações sociais não patrimoniais. Nas palavras de Shiraishi Neto e Dantas:

A transformação das “populações indígenas” e “comunidades locais” em “sujeitos de direito” impõe a esses grupos sociais uma “nova” maneira de se relacionar entre si e com a própria natureza. Esse processo aproxima as “práticas sociais” desses grupos aos modelos jurídicos, que em muito diferem no seu significado. Os traços característicos das diferentes “práticas” desses grupos sociais são reduzidos a uma única modalidade, que compreende o sujeito separado do objeto. A redução das “práticas” aos aspectos formais simplifica a complexidade das experiências, inscritas em diferentes formas de representação, apropriação, uso dos recursos naturais e da terra, os quais envolvem conhecimentos que se encontram profundamente enraizados em diferentes contextos locais. Os modos de representação, apropriação e uso são articulados pela dinâmica social e não se revelam como simples respostas às necessidades materiais, mas consistem em projetar no mundo diferentes significados, com lógicas distintas (Acsegrad, 2004, 15).<sup>108</sup>

A abstração é intrínseca ao sistema jurídico vigente. Abstrair as características próprias de cada sujeito, as que os diferenciam dos demais, é a condição para a manutenção da lógica jurídica atualmente posta. As categorias do sistema jurídico servem como molduras para lá empurrar a realidade material, intentando nelas encaixar o conhecimento tradicional como bem disponível para ser objeto de uma relação jurídica patrimonial, as comunidades tradicionais nos moldes de sujeitos de direitos de propriedade de tais bens, abstraídas de suas idiossincrasias:

O sistema jurídico estabelece uma espécie de “moldura” que determina os institutos jurídicos que vão servir para proteger os interesses de determinados sujeitos. Sob a égide liberal, o instituto da propriedade se tornou o princípio organizativo do sistema jurídico, confirmando a supremacia do econômico em detrimento da determinação qualitativa do sujeito [...]. Somado às preocupações de garantir maior cientificidade ao Direito, os institutos e as categorias jurídicas vão exigindo uma neutralidade que ocasiona o afastamento da realidade social. Os indivíduos são captados por esse sistema a partir de uma forte abstração.<sup>109</sup>

<sup>108</sup> SHIRAISHI NETO, Joaquim; DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. Ob. Cit. p. 125

<sup>109</sup> ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. *Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental*. 30 mar. 2012. 271f. Tese de Doutorado – UFPR: Curitiba. p. 192 Disponível em: <  
<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/27440>>. Acesso: 13 nov. 2015.

Mesmo com as alterações que o contrato tem experimentado na contemporaneidade, com a constitucionalização do direito privado, e avanço do Estado Social, a categoria de “sujeito de direito” não experimentou forte modificação, pois “[a]o submeter-se às regras da razão econômica e tecnológica, a expressão ‘sujeito de direitos’ na contemporaneidade permaneceu vinculada à titularidade dos bens”.<sup>110</sup>

Com vistas à promoção de formas alternativas de relação com a natureza, tal qual propõe a perspectiva da justiça ambiental, deve-se evitar na prática contratual, portanto, tratar os povos tradicionais como meros proprietários de conhecimento, como se detentores de segredos industriais fossem. Embora, numa visão simplista, estejam as partes do acordo negociando a contrapartida ao fornecimento de um bem, o vínculo das comunidades com seu conhecimento é, em regra, carregada de complexidade e significados culturais que a relação proprietária convencional desconhece.

#### 4.3.2. Formação dos acordos

Paulo Lôbo qualifica a fase de formação dos contratos como um processo composto de três fases: oferta, aceitação e acordo.<sup>111</sup> É nesse momento que a vontade das partes são reveladas. Senise Lisboa, por seu turno, pondera que é neste momento indispensável a “*informação prévia e necessária* para que a conclusão do contrato realmente possa satisfazer plenamente os interesses das partes.”<sup>112</sup> (itálico no original)

O art. 26 da Lei nº 13.123/2015 traz as cláusulas contratuais que necessariamente terão de ser negociadas pelas partes:

Art. 26. São cláusulas essenciais do acordo de repartição de benefícios, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas em regulamento, as que dispõem sobre: I - produtos objeto de exploração econômica; II - prazo de duração; III - modalidade de repartição de benefícios; IV - direitos e

<sup>110</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>111</sup> LÔBO, Paulo. Ob. Cit. p. 78

<sup>112</sup> LISBOA, Roberto Senise. Ob. Cit. p. 158

responsabilidades das partes; V - direito de propriedade intelectual; VI - rescisão; VII - penalidades; e VIII - foro no Brasil.

Na Lei da Biodiversidade, o procedimento de acesso e repartição de benefícios pode prejudicar o bom andamento das negociações. É que, anteriormente ao acordo de repartição de benefícios previsto pelo art. 25 da Lei, deve a comunidade tradicional provedora ter franqueado o acesso a seu conhecimento (consentimento prévio informado, art. 9º da Lei), momento no qual há pouca, ou nenhuma, informação sobre a possibilidade de uso das informações, mas tão somente promessas do pesquisador quanto a uma possível utilização. Apenas após a conclusão das pesquisas e a elaboração de um produto final, que pode nem chegar a existir, é que a oferta do acordo de repartição de benefícios será concretizada, para que então a aceitação e o consenso sejam atingidos.

Nota-se a profunda desigualdade de armas na formação do acordo: quando do consentimento para o acesso ao conhecimento tradicional associado, o provedor já fornece as informações relevantes sobre o uso do recurso genético ao pesquisador. A comunidade tradicional provedora cumpre com sua principal obrigação contratual antes mesmo da existência do contrato. Que poder de negociação, de manifestação de sua real vontade, terá o provedor se não há nada mais a barganhar? Tratar-se-á, simplesmente, de um processo de autorização da comunidade ao usuário, já que “tendo sido partilhado o conhecimento, o que quer que se estabeleça como repartição de benefícios é melhor do que sua ausência para a comunidade tradicional, o que era a realidade até o surgimento do aleatório produto economicamente viável.”<sup>113</sup>

Ademais, o valor que a comunidade dá ao seu conhecimento tradicional dificilmente será traduzido no acordo de forma satisfatória, pois a repartição de benefícios dependerá essencialmente da decisão sobre o valor que o produto será vendido ao consumidor final, a qual é de competência da empresa usuária. Os valores serão, portanto, definidos fora da relação negocial entre usuário e provedor, pois serão delimitados pela margem de lucro da empresa.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Leticia. Ob. Cit. p. 295-296.

<sup>114</sup> PORRO, Noemi Miyasaka; MENASCHE, Renata; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Ob. Cit. p. 281.

Disso decorre também a assimetria de informações entre as partes do acordo. Apenas a usuária tem ciência do potencial valor de mercado dos produtos compostos por componentes da biodiversidade, bem como da margem de lucro que terá no repasse de tais bens ao consumidor final. Nesse sentido, indispensável a observância do dever de informação assinalado por Senise Lisboa na formação dos acordos: “Cada uma das partes deverá fornecer à outra informações adequadas e relevantes para que se faça o juízo de valor apropriado sobre a oportunidade da realização ou não do negócio jurídico”.<sup>115</sup>

A efetivação do direito à informação nas negociações concretiza ainda um dos deveres da boa-fé objetiva, “regra de conduta dos indivíduos nas relações jurídicas contratuais”<sup>116</sup>, que, reconhece a doutrina, deve ser respeitada mesmo nas fases anteriores à celebração dos contratos (em consonância com o art. 422 do Código Civil<sup>117</sup>). O perfil objetivo do princípio da boa-fé tem, dentre outras escopos, a função de criação de deveres jurídicos, dentre os quais se destaca o dever de informação, que visa conferir transparência às relações contratuais, notadamente no que tange aos “[...] dados que forem imprescindíveis para que a relação contratual seja efetuada com o pleno conhecimento das circunstâncias”.<sup>118</sup>

Conclui-se, portanto, que a formação do contrato é repleta de assimetrias, haja vista que caberá à comunidade tradicional negociar tão somente aspectos periféricos do acordo de repartição de benefícios. Dada a oferta, a aceitação será quase obrigatória, porquanto a provedora já forneceu seus conhecimentos. O consenso será dado apenas em questões secundárias do contrato.

Embora a nova ordem constitucional, como horizonte interpretativo e inspiradora do novo Código Civil, traga alterações no direito contratual, isso não significa que a contratualização do acesso aos conhecimentos tradicionais seja adequada. É dado ao Estado intervir, através do Judiciário, nos acordos para assegurar sua função social. Contudo, essa atuação é somente residual: apenas se provocado o Judiciário e demonstrada violação clara de deveres contratuais é que a jurisdição intervirá. O papel estatal na proteção dos componentes tangíveis e

---

<sup>115</sup> LISBOA, Roberto Senise. Ob. Cit. p. 158.

<sup>116</sup> LÔBO, Paulo. Ob. Cit. p. 72

<sup>117</sup> “Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, **assim na conclusão do contrato**, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.” (grifo nosso)

<sup>118</sup> LISBOA, Roberto Senise. Ob. Cit. p. 102.

intangíveis da biodiversidade deveria ir mais além da mera interpretação de normas contratuais. Substituir a inércia da função jurisdicional por um papel mais ativo na promoção da diversidade biológica. Como demonstrado neste trabalho, o modelo de acordos, em que se importa conceitos jurídicos alheios à realidade dos povos que participarão das negociações, serve somente à facilitação do trânsito de bens, transformando seus conhecimentos tradicionais em *commodities* para negociação no mercado.



## 5. CONCLUSÃO

Neste trabalho — após breve exposição da perspectiva da justiça ambiental, e de sucinta exposição das normas que protegem a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados — pretendeu-se responder à seguinte indagação: o modelo brasileiro de repartição de benefícios, consolidado pela nova Lei da Biodiversidade, condiz com a promoção da justiça ambiental?

Como se demonstrou, o Movimento pela Justiça Ambiental denuncia as desigualdades na relação com o meio ambiente, tanto no acesso, gestão, quanto na assunção dos ônus ambientais. No direito, os principais meios de combate às injustiças ambientais são a concretização dos princípios da participação, da informação, e do acesso equitativo aos recursos naturais, devendo-se reconhecer as formas não convencionais de manejo do meio ambiente por comunidades tradicionais.

A conservação da biodiversidade está intimamente ligada à promoção de saberes não tradicionais, que conhecem e trabalham com os recursos naturais de maneira diferenciada. Uma política de promoção da biodiversidade não pode, assim, prescindir do reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais. Tais conhecimentos são formados à margem da racionalidade produtiva que impera na sociedade. A lógica das comunidades tradicionais é baseada numa relação o ambiente que transcende o binômio sujeito-objeto.

A Lei nº 13.123/2015, dentre seus vários retrocessos, consolida um modelo que falha em reconhecer a indissociabilidade entre os componentes tangíveis e intangíveis da biodiversidade. Aposta na precificação dos recursos naturais, no estímulo à produtos da biotecnologia como política pública voltada à biodiversidade. Importa o valor financeiro dos recursos naturais, não sua manutenção. A repartição de benefícios, nesse sentido torna-se residual, não regra. Apenas se superadas diversas barreiras é que se alcança a mesa de negociações.

Dentro da conceituação proposta por Henri Acselrad, o Estado brasileiro decidiu não por promover a justiça ambiental — que significaria dar voz aos excluídos na formulação da Lei, assim como deslocar o foco da conservação da

biodiversidade para a promoção dos saberes tradicionais —, mas por apostar na modernização ecológica, no poder dos mercados como política pública voltada à biodiversidade.

O instrumento eleito pelo novo marco legal para a repartição de benefícios é importado do direito privado, o contrato — agora “acordo”. Impõe-se um modelo pensado para o trânsito facilitado de bens, que é alheio à forma de vida das comunidades tradicionais, para que povos não inseridos na mesma racionalidade econômica sentem-se à mesa para dar preço e vender seus saberes.

Dessa forma, responde-se ao questionamento inicial negativamente, o marco jurídico nacional falhou, desde sua formulação à sua execução, em promover a justiça ambiental na repartição de benefícios.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso: 26 Set. 2015.
- ACSELRAD, Henri. Desigualdade Ambiental, Economia e Política. *Astrolabio* [S.l.], n. 11, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5549>>. Acesso: 01 out. 2015.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* [S.l.], n. 5. jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/22116>>. Acesso em: 18 de agosto de 2015.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garramond, 2009.
- ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da Biodiversidade. Brasília: Edições Ibama, 1998. Disponível em: <[http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/249\\_Geopolitica%20da%20Biodiversidade%20\\_%20Sarita%20Albagli.pdf](http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/249_Geopolitica%20da%20Biodiversidade%20_%20Sarita%20Albagli.pdf)>. Acesso: 08 out. 2015.
- ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ALVARENGA, Luciano J.; FARIAS, Talden. A (in)justiça ambiental e o ideário constitucional de transformação da realidade: o direito em face da iníqua distribuição socioespacial de riscos e danos ecológicos. In: PERALTA, Carlos E.; ALVARENGA, Luciano J.; AUGUSTIN, Sergio (org.). *Direito e Justiça Ambiental: Diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica*. Caxias do Sul: EducS, 2014. p. 30-52.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 12a. ed. amp. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- BAGGIO, R. C. *Justiça Ambiental entre redistribuição e reconhecimento*. 15 dez. 2008. 114f. Tese de Doutorado - UFSC. Florianópolis, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91246/265543.pdf>>. Acesso: 02 out. 2015

BELLMONT, Yary Saidy. *El concepto de justicia ambiental: reflexiones en torno a la jurisprudencia constitucional colombiana del siglo XXI*. Dissertação de mestrado. 160f. Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/8706/1/905060.2012.pdf>>. Acesso: 14 out. 2015.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. O Estado teatral e a implementação do direito ambiental. *BDJur*, Brasília, DF, 7 maio 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30604>>. Acesso em: 01 out. 2015.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de Direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científicos. *Revista USP*, v. 75, p. 76-84, set/nov. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/75/08-manuelacarneiro.pdf>>. Acesso: 10 out. 2015.

DIEESE; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Aspectos conceituais da vulnerabilidade social*. 2007. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf)>. Acesso: 23 out. 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, 2000. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/saberes.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf)>. Acesso: 09 out. 2015.

DINIZ, Maria Helena. *Tratado Teórico e Prático dos Contratos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

ESCOBAR, Herton. Brazil cuts red tape stifling biodiversity studies. *Science*. v. 348, 29 de maio de 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Emergency Planning and Community Right-to-know Act*. 1986. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/USCODE-2011-title42/html/USCODE-2011-title42-chap116.htm>>. Acesso: 25 set. 2015.

FERES, Marcos Vinicio Chen; MOREIRA, João Vitor de Freitas. Considerações acerca do Conhecimento Tradicional e do Modelo de Acesso ao Patrimônio Genético. *PIDCC*. Aracaju, v. 9, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <<http://pidcc.com.br/artigos/092015/08092015.pdf>>. Acesso: 05 nov. 2015.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCO, Natalia Tobón. Un enfoque diferente para la protección de los conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas. *Estudios Socio-Jurídicos*. Bogotá, v. 9, n. 1, Jan. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-05792007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-05792007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 10 out. 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ); FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>>. Acesso: 28 set. 2015.

HERCULANO, Selene. Justiça Ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos em uma perspectiva comparada. In: MELLO, Marcelo Pereira de (org.). *Justiça e Sociedade: temas e perspectivas*. São Paulo: LTR, 2001. Disponível em: <[http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/JUSTI%C3%87A\\_AMBIENTAL\\_de\\_Love\\_Canal\\_\\_v5\\_%C3%A0\\_Cidade\\_dos\\_Meninos.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL_de_Love_Canal__v5_%C3%A0_Cidade_dos_Meninos.pdf)>. Acesso: 24 Set. 2015.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v.3 n.1, jan/abril 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso: 25 set. 2015.

HERCULANO, Selene. Redesenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 5, jul. 2002. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/22124/14488>>. Acesso em: 23 Set. 2015.

HERVÉ ESPEJO, Dominique; REBOLLEDO, Sebastián. La Justicia Ambiental en el Ordenamiento Jurídico Ambiental Chileno. *Astrolabio*, [S.I.], n. 11, dez. 2013. Disponível em:

<<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5599/7397>>. Acesso: 01 out. 2015.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. *Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental*. 30 mar. 2012. 271f. Tese de Doutorado – UFPR: Curitiba. p. 192 Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/27440>>. Acesso: 13 nov. 2015.

KISHI, Sandra Akemi Shimada. Repartição de benefícios na atual legislação e nos projetos de lei no Brasil: críticas e dilemas. *Revista Interamericana de Direito e Cidadania [online]*. Disponível em: <<http://www.reid.org.br/?CONT=00000254>>. Acesso: 04 nov. 2015.

LAZARUS, Richard J. *Highways and Bi-Ways for Environmental Justice*, 2001. p. 576. Disponível em: <http://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1537&context=facpub>. Acesso: 24 Set. 2015.

LEROY, Jean Pierre. *Justiça Ambiental*. 2011. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY\\_Jean-Pierre\\_-\\_Justi%C3%A7a\\_Ambiental.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf). Acesso: 23 set. 2015;

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil*. v. 3: contratos. 7a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Lemes. *Direito Ambiental Brasileiro*. 12a. ed. rev. atual. amp. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MARTIN, Adrian; MCGUIRE, Shawn; SULLIVAN, Sian. Global environment justice and biodiversity conservation. *The Geographical Journal*, v. 179, n. 2, junho 2013, p. 122–131. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/geoj.12018/pdf>>. Acesso: 13 out. 2015.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Leticia. A quem pertence a biodiversidade? Um olhar acerca do marco regulatório brasileiro. *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v. 12 n. 23, jan/jun 2015. p. 195-216. Disponível em:

<<http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/533/445>>. Acesso: 05 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Biodiversidade Brasileira*. Brasília, 2002. p. 12. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/biodivbr.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodivbr.pdf)>. Acesso: 07 out. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Primeiro Relatório Nacional para a Convenção da Diversidade Biológica*. 1998. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/58-probio-i-serie-biodiversidade?download=943:primeiro-relatorio-nacional-para-a-convencao-sobre-diversidade-biologica>>. Acesso: 08 out. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*, 2011. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dcbio/\\_arquivos/quarto\\_relatorio\\_147.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_arquivos/quarto_relatorio_147.pdf)>. Acesso: 13 out. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais*. Brasília: MPF, 2014. Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>> Acesso: 13 nov. 2015.

MOVIMENTO EMPRESARIAL PELA BIODIVERSIDADE. *Nota Técnica*. Disponível em: <<http://www.mebbrasil.org.br/download/abs/nota-tecnica-mebb.pdf>>; Acesso: 12 out. 2015.

MULLER, Manuel Ruiz. La biodiversidad como objeto de protección jurídica: los recursos genéticos, la propiedad intelectual y los conocimientos tradicionales. *Themis Revista de Derecho*, Lima, n. 56, ago. 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/themis/article/view/9180/9588>>. Acesso: 07 out. 2015.

NOVATO, Alice Faria. *O poder sobre as sementes e os direitos dos agricultores: As leis de cultivos e suas implicações para o domínio da “agrobiodiversidade” desde a perspectiva Sul*. Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/35481/1.pdf>>. Acesso: 7 out. 2015.

PINTO, Mônica da Costa. Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e pesquisa científica: uma análise a partir do pensamento de Armatya Sen. In: MARTINEZ, Sergio Rodrigo; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira (Coord.). *Desenvolvimento e meio ambiente: o pensamento econômico de Armatya Sen*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 85-97.

PORRO, Noemi Miyasaka; MENASCHE, Renata; SHIRAISHI NETO, Joaquim. Babaçu livre e queijo serrano: histórias de resistência à legalização da violação a conhecimentos tradicionais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 267-301, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n41/v20n41a10.pdf>>. Acesso: 05 nov. 2015.

PORTO, Marcelo Firpo; FINAMORE, Renan. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, Junho 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a13.pdf>>. Acesso: 03 out. 2015.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. *Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077-manifesto-de-lancamento-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental>>. Acesso: 18 ago. 2015.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Elementos de direito ambiental: parte geral*. 2.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

SANTILLI, Juliana. *A agrobiodiversidade e o acesso aos recursos fitogenéticos: regime jurídico internacional e nacional*. 2009. Disponível em: <[http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/agrobiodiversidade%20e%20acesso%20a%20recursos%20fitogeneticos-2\\_0.pdf](http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/agrobiodiversidade%20e%20acesso%20a%20recursos%20fitogeneticos-2_0.pdf)> Acesso: 08 out. 2015.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos Tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: PLATIAU, A. F. B.; VARELLA, M. D. *Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANTILLI, Juliana. Medida Provisória n. 2186-16 de 2001: Algumas questões a serem revistas. In: FERREIRA, Simone Nunes; SAMPAIO, Maria José Amstalden Moraes (org.). *Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: implementação da legislação de acesso e repartição de benefícios no Brasil*. São Paulo: SBPC, 2013. Disponível em:



<[http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/sbpc\\_biodiversidade\\_acesso.pdf](http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/sbpc_biodiversidade_acesso.pdf)>. Acesso: 13 out. 2015. p. 285-292.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005.

SENADO NOTÍCIAS. *Haverá mais diálogo na regulamentação da Lei da Biodiversidade, diz representante ministerial*. 17 mar. 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/havera-mais-dialogo-na-regulamentacao-lei-da-biodiversidade-diz-representante-ministerial>>. Acesso: 30 out. 2015.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). *Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA, 2007. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=MjEuaG90bGluaw>>. Acesso: 25 out. 2015.

SHIRAISHI NETO, Joaquim, DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. A “commoditização” do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica. *Economía y Sociedad*, Norteamérica, vol. 13 n. 33-34, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/economia/article/view/84>>. Acesso: 05 nov. 2015.

SILVA, Americo Luis Martins da. *Direito do meio ambiente e dos recursos naturais*. São Paulo: RT, 2005.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 2a. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1998.

TÁVORA, F.L. et al. *Comentários à Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015: Novo Marco Regulatório do Uso da Biodiversidade*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, outubro/2015 (Texto para Discussão nº 184). Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td184>>. Acesso: 20 de out. de 2015.

U.S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE. Siting Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Surrounding Communities, 1983. In: US COMMISSION ON CIVIL RIGHTS. *Not in My Backyard: Executive Order 12,898*

*and Title VI as Tools for Achieving Environmental Justice*. 2003. Disponível em: <http://www.usccr.gov/pubs/envjust/ej0104.pdf>, p. 14. Acesso: 24 set. 2015.